

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PM

JESSYCA PRISCILA DA SILVA ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA: Análise circunstancial
dos homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís**

São Luís
2018

JESSYCA PRISCILA DA SILVA ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA: Análise circunstancial
dos homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Ten Cel QOPM Nilson Marques de Jesus Ferreira

São Luís

2018

Almeida, Jessyca Priscila da Silva.

A produção da informação sobre violência: análise circunstancial dos homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís / Jessyca Priscila da Silva Almeida. – São Luís, 2018.

89 f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof. Ten. Cel. Nilson Marques de Jesus Ferreira.

1.Informação. 2.Homicídio. 3.Polícia Militar. I.Título

CDU: 355.40(812.1)

JESSYCA PRISCILA DA SILVA ALMEIDA

**A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA: Análise circunstancial
dos homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Nilson Marques de Jesus Ferreira – Ten Cel QOPM (Orientador)

Pedro de Jesus Ribeiro dos Reis – Cel QOPM (1º Examinador)

Marina Santos Pereira Santos – Profª Me. (2º Examinador)

A Deus, à minha mãe, noivo, irmão, orientador, familiares e amigos, pelo companheirismo e apoio nessa jornada. À minha querida avó (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, por se fazer presente em todos os momentos, principalmente em meio às dificuldades da vida, proporcionando-me auxílio, sabedoria, proteção e amor.

À minha querida avó, Vitória Regia da Silva, pelo seu amor e por ter sido um exemplo de mulher, batalhando diariamente na educação dos seus dois netos.

À minha mãe, Rita de Cássia, por seu amor e auxílio durante minha formação pessoal e profissional.

Ao meu noivo, Ribamar Quadros, pelos anos de companheirismo, amor, apoio e compreensão.

Ao meu irmão, Plácido Luís, pelo auxílio durante minha jornada.

Aos meus pais, irmãos, tios, sobrinhos e primos, pelo incentivo profissional, apoio e afeto.

Aos meus padrinhos, em especial minha querida madrinha Ivana Pires, por sempre se preocupar comigo e me ajudar sempre que preciso.

Aos meus amigos do Curso de Formação de Oficiais, em especial aos Cadetes Cleiton Vieira, Rafaele de Cássia, Camilla Cardoso, Ericka Magalhães e José Lacerda, pela camaradagem durante nossa trajetória no curso.

Aos comandantes de pelotão que comandaram a 21ª Turma “Bravos Infantes”, em especial ao Cap QOPM Ricardo Miranda, pelo grande apoio e camaradagem.

Aos amigos que o Curso de Enfermagem me proporcionou, Ritiele Sousa, Vinicius Jansen, Tayanna Dias, Vanessa Pacheco, pela amizade, momentos de alegria e companheirismo.

Ao meu orientador, Ten Cel QOPM Nilson Marques, pela ajuda, compreensão, tempo e paciência durante o processo de realização deste trabalho.

Aos meus queridos professores da UEMA e APMGD, pelo conhecimento transmitido, tempo investido durante minha formação acadêmica e dedicação que demonstraram durante o processo de ensino-aprendizado.

Aos inúmeros colegas que a vida me proporcionou conhecer e assim, desfrutar de suas amizades, sejam elas no âmbito da vida castrense ou fora dela.

Por fim, a todos que acreditaram no meu sucesso, meus sinceros agradecimentos!

“A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro.”

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho versa sobre o processo de informação sobre a violência em que policiais estão suscetíveis diariamente, trazendo informações acerca dos homicídios dos mesmos. Possui o objetivo de analisar as circunstâncias em que policiais militares foram assassinados na região metropolitana de São Luís no período de 2014 a 2016. O estudo dessa temática é de grande relevância, haja vista que na grande maioria da população brasileira a figura do policial erroneamente é vista mais como um perpetrador do que vítima. Quando um policial é vitimado por infratores, há a sensação de ineficiência das ações estatais, o que gera certa insegurança populacional. O tipo de trabalho classifica-se quanto a sua natureza em uma pesquisa aplicada, quanto aos procedimentos classifica-se em bibliográfica e documental, sendo também uma pesquisa de abordagem mista, e quando aos objetivos constitui uma pesquisa descritiva e explicativa. O referencial teórico constituiu-se de livros, artigos científicos publicados, revistas, dentre outros. A pesquisa documental foi obtida através de um levantamento de dados oriundos da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Maranhão inerentes aos homicídios dos policiais militares ocorridos no período em questão. Da análise dos dados constatou-se que a maioria se deu na cidade de São Luís, onde houve uma prevalência maior no ano de 2014, e dentre as circunstâncias em que os policiais eram assassinados destacou-se durante o período em que o mesmo estava de folga das atividades profissionais. Houve também uma redução anual gradativa do número de casos. Dentre os fatores relacionados com os homicídios foram identificadas as intervenções ou reações a assaltos, possíveis execuções e outros. Os objetivos específicos foram alcançados na medida em que foram propostas algumas medidas para que a Polícia Militar do Maranhão atue no sentido de inibir essas ocorrências, tais como a proposta para a criação de um procedimento operacional a ser adotado pelo policial militar ao se deparar com uma situação de confronto, e ainda a proposição da disciplina “Sobrevivência Policial” nos cursos de formação policial militar, destacando o treinamento contínuo como recurso estratégico de prevenção.

Palavras-chave: Informação. Homicídio. Polícia Militar.

ABSTRACT

This work focuses on the process of information about the violence in which policemen are susceptible daily, bringing information about their homicides. It aims to analyze the circumstances in which military police were murdered in the metropolitan region of São Luís in the period from 2014 to 2016. The study of this theme is of great relevance, considering that in the vast majority of the Brazilian population the figure of the policeman is erroneously seen more as a perpetrator than the victim. When a policeman is victimized by offenders, there is a sense of inefficiency of state actions, which generates certain population insecurity. The type of work is classified as its nature in an applied research, as to the procedures it is classified in bibliography and documentary, being also a research of mixed approach, and when the objectives constitutes a descriptive research and Explanatory. The theoretical framework consisted of books, published scientific articles, magazines, among others. Documentary research was obtained through a survey of data from the Personnel Directorate of the Military Police of Maranhão, inherent to the homicides of the military police that occurred in the period in question. From the data analysis it was found that the majority occurred in the city of São Luís, where there was a higher prevalence in the year 2014, and among the circumstances in which the police were murdered stood out during the period when it was off the activities Professionals. There was also a gradual annual reduction in the number of cases. Among the factors related to homicides, interventions or reactions to assaults, possible executions and others were identified. The specific objectives were achieved in so far as some measures were proposed for the military Police of Maranhão to act to inhibit these occurrences, such as the proposal for the creation of an operational procedure to be adopted by the Military police officer when confronted with a confrontation situation, and also the proposition of the discipline "police survival" in military police training courses, highlighting the continuous training as a strategic resource for prevention.

Key words: Information. Murder. Military Police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Solenidade policial militar.....	24
Figura 2	Brasão da PMMA.....	25
Figura 3	Distância de segurança.....	48
Figura 4	Assalto na Feira da Liberdade.....	52
Figura 5	Momento dos disparos de armas de fogo.....	52
Figura 6	Cortejo fúnebre.....	54
Quadro 1	Informações sobre homicídios de PMs – Região Metropolitana (SLZ).....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Mortes de PMs entre 1995 e 2017.....	21
Gráfico 2	Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís.....	40
Gráfico 3	Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2014).....	41
Gráfico 4	Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2015).....	42
Gráfico 5	Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2016).....	42
Gráfico 6	Homicídios de PMs no município de São Luís.....	43
Gráfico 7	Homicídios de PMS no município de São José de Ribamar.....	43
Gráfico 8	Homicídios de PMS no município de Paço do Lumiar.....	44
Gráfico 9	Circunstância dos homicídios de PMs – 2014.....	45
Gráfico 10	Circunstância dos homicídios de PMs – 2015.....	45
Gráfico 11	Circunstância dos homicídios de PMs – 2016.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMGD	–	Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”
BPM	–	Batalhão de Polícia Militar
B.40	–	Bonde dos Quarenta
CAPES	–	Centro de Apoio Psicossocial
CFO	–	Curso de Formação de Oficiais
CFSd	–	Curso de Formação de Soldados
DIAE	–	Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos
DP	–	Diretoria de Pessoal
EB	–	Exército Brasileiro
IMESC	–	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
PCM	–	Primeiro Comando do Maranhão
PMMA	–	Polícia Militar do Maranhão
PMs	–	Policiais Militares
POP	–	Procedimento Operacional Padrão
QCG	–	Quartel do Comando Geral
SLZ	–	São Luís
UPM	–	Unidade Policial Militar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA.....	17
3	INFORMAÇÕES SOBRE HOMICÍDIOS DE POLICIAIS NO BRASIL.....	20
4	ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM SÃO LUÍS.....	23
5	AMEAÇA AO POLICIAL MILITAR.....	29
5.1	Ameaça a policial militar em serviço.....	32
5.2	Ameaça a policial militar em folga.....	34
6	METODOLOGIA.....	37
7	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
7.1	Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2014-2016).....	40
7.2	Proposta de Procedimento Operacional Padrão do policial frente a uma ameaça.....	48
7.3	Proposta de disciplina “Sobrevivência Policial” nos cursos de formação.....	56
8	CONCLUSÃO.....	62
	REFERÊNCIAS.....	63
	ANEXO A – Ofício para a Diretoria de Pessoal.....	68
	ANEXO B – Projeto de Curso de Sobrevivência Policial.....	69
	ANEXO C – Calendário anual de ensino-aprendizagem PMMA – exercício 2019.....	84

1 INTRODUÇÃO

Ao se falar sobre polícias (federal, civil e militar) é imprescindível que se faça uma reflexão sobre seus papéis constitucionais e a realidade contextual em que as mesmas estão inseridas na sociedade, com ênfase nas condições em que atuam, as quais por vezes são insalubres, mas mesmo assim geram resultados positivos que contribuem para o alcance da paz social.

Em se tratando da polícia militar, destacamos que a profissão de policial militar representa uma das mais estressantes, com atividades de alto risco que envolve combates armados contra criminosos, que podem vir a gerar sobrecargas físicas e psíquicas aos policiais e também aos seus familiares de forma indireta, isto também porque o “risco ou sacrifício da própria vida” fazem parte de seu juramento.

Como o policial lida diretamente contra os criminosos, às vezes ele acaba sofrendo ameaças, e isso o faz tentar atuar de forma sempre atenta e vigilante a fim de não vir a ser mais uma vítima. E ainda, é salutar afirmar que ao se analisar a grade curricular dos cursos de formação das polícias militares no Brasil, a grande maioria não apresenta disciplinas específicas de sobrevivência policial, que poderia vir a capacitá-lo a ter um melhor entendimento de como atuar frente a uma ameaça em que o mesmo esteja sozinho, como exemplo em horário de folga. Isto decorre porque em geral as disciplinas curriculares levam em conta a atuação do policial no serviço ostensivo, quando o mesmo encontra-se fardado, em uma guarnição policial, armado e equipado.

Paralelo a isso, o aumento da criminalidade no país e, não obstante no Estado do Maranhão, é demonstrado através de números significativos de ocorrências policiais envolvendo, em muitos casos, mortes de ambas as partes. Desta forma, este tema foi escolhido em virtude da necessidade de se refletir sobre os riscos que o policial corre no exercício de sua função, estando de serviço ou não, os quais podem ocasionar sua morte. Assim, a literatura vem discutindo essa temática e demonstrando que há um grande número de policiais vitimados principalmente durante sua folga, sendo necessário buscar soluções que diminuam a ocorrência dessa problemática.

Cabe ressaltar que o tema possui relevância no cotidiano do policial, pois afeta diretamente sua qualidade de vida, interferindo nos âmbitos social e familiar, à medida que contribui para modificar suas relações pessoais e estilo de vida. Pois

inúmeras vezes o policial se vê sob ameaças, havendo casos em que os mesmos optam por deixar de frequentar determinados locais por acharem ser inapropriados para agentes da lei, além da escolha de círculos de amizades diferenciados, e não obstante a isso, alguns chegam a mudar de residência ou mesmo abandonar a carreira em virtude de ser considerada uma profissão de risco, migrando para outras áreas.

Assim, este estudo parte da seguinte problemática “Quais as circunstâncias dos homicídios dos policiais militares na região metropolitana de São Luís?”. A partir disso, esta pesquisa objetiva identificar tais circunstâncias em que ocorreram esses homicídios na região metropolitana de São Luís, Estado do Maranhão, nos anos de 2014 a 2016. Essas circunstâncias dizem respeito ao momento em que os policiais sofreram a agressão letal, período que pode ser compreendido durante o serviço (ou em deslocamento para o serviço - trânsito), de folga (lazer), ou em atividade paralela extra remunerada (bico policial). Para tanto se buscou focar nos objetivos específicos, os quais compreendem verificar em qual circunstância houve o predomínio de homicídio dos policiais militares (em serviço/trânsito, folga/lazer, ou em atividade paralela extra remunerada); identificar os principais fatores relacionados com as causas das mortes (latrocínio, execução, dentre outros); sugerir ao comando da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) a ser adotado pelo policial militar ao se deparar com uma situação de ameaça e recomendar uma disciplina sobre “Sobrevivência Policial” nos currículos de formação policial militar.

O tema é importante para a caracterização da atividade policial no que tange ao seu grau de periculosidade, pois a atividade fim da PMMA envolve diretamente o combate à criminalidade, gerando como consequência, por vezes, na morte de agentes da lei, o que contribui para aumentar a sensação de insegurança populacional frente às atuações criminosas, pois a perda de um policial é um fator importante para a sociedade, isso porque o Estado investiu recursos na capacitação daquele agente, o qual poderia vir a contribuir para o atendimento à segurança de outros cidadãos, mas que, no entanto veio a ser vítima da criminalidade.

Este estudo é dirigido tanto para militares quanto para civis, ou seja, para a sociedade em geral, a fim de difundir conhecimentos sobre a vitimização do policial frente às situações de ameaça existentes, e de forma a conscientizar acerca das ações necessárias para a resolução dessa problemática.

Convém pesquisar tal assunto nos anos de 2014 a 2016 visto que nesse período foi noticiado por diversos meios de comunicação um número expressivo de policiais mortos na região metropolitana de São Luís. E ainda, houve a transição do governo do Estado do Maranhão, fato que modificou a coordenação da Polícia Militar do Estado.

Assim, este estudo poderá servir como subsídio para nortear as ações dos gestores da PMMA, os quais devem investir na formação profissional de seus integrantes de forma mais aprofundada em treinamentos de técnicas e táticas que visem aumentar as chances de sobrevivência policial durante um confronto contra criminosos. E também, sensibilizar os governantes para a criação de programas, leis, e outros, que visem atuar contra a criminalidade, proporcionar assistência ao policial que sofre ameaças, de forma a assegurar sua integridade física e psíquica.

Este tema foi escolhido porque nos últimos anos foram noticiados diversos casos de vitimização de policiais no Brasil inteiro, tanto civis quanto militares, com destaque para alguns estados que possuem uma taxa crescente de mortalidade policial por arma de fogo, como exemplo o Estado do Rio de Janeiro (O GLOBO, 2017). No Estado do Maranhão também não é diferente, pois apesar de não se encontrar em situações tão alarmantes como em outras unidades federativas, essa problemática se tornou cada vez mais preocupante por tornar o policial passivo de ameaças constantes e por vezes vir a ser mais uma vítima fatal. E ainda, ao se conhecer as circunstâncias em que o policial é morto (em serviço, folga ou “bico policial”), é possível a realização de estudos mais aprofundados e maiores investimentos no sentido de reduzir essa problemática, seja intervindo no processo de educação profissional do mesmo ou proporcionando outras medidas que vão intervir de forma preventiva nesse processo.

Além disso, cabe destacar que a autora faz parte da instituição policial militar na forma de aluna do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”, tendo desempenhado a profissão de soldado combatente na instituição, ingressando no ano de 2014. Nesse ano houve a morte de vários policiais vítimas de criminosos, os quais em sua maioria foram mortos durante seu período de folga.

Destarte, no que tange ao processo metodológico da pesquisa, a mesma classifica-se quanto aos procedimentos em uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem mista e cujos objetivos são descritivos e explicativos. A

pesquisa abrange informações acerca das circunstâncias dos homicídios de policiais militares nos anos de 2014 a 2016 na região metropolitana de São Luís, Estado do Maranhão, tendo sido realizada no Quartel do Comando Geral (QCG) da PMMA, especificamente na Diretoria de Pessoal (DP), onde constam as informações dos policiais mortos. Além disso, os dados foram coletados por meio de investigação documental e análise de planilhas fornecidas pela DP, além de noticiários sobre as mortes dos militares através de pesquisa pela rede mundial de computadores (internet). Outros documentos foram obtidos através de pesquisa realizada no site da PMMA.

Cabe ressaltar que não há pretensão de se esgotar o tema, apenas contribuir para a elucidação dessa problemática, trazendo uma discussão acerca da literatura sobre o assunto.

Este trabalho inicia-se com um referencial teórico sobre a importância da informação, informações estatísticas sobre homicídios de policiais e atuação da PMMA no contexto de segurança pública da região metropolitana de São Luís, destacando-se o papel da segurança pública e das polícias militares, a história da PMMA e seu quadro organizacional e o contexto de segurança local, apresentando ao final as características gerais dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, os quais foram abrangidos pela pesquisa.

O próximo capítulo ainda constitui referencial teórico, versando sobre o processo de ameaça em que policiais militares estão passíveis de sofrer, possuindo tópicos que definem quais as circunstâncias em que o policial militar pode vir a ser surpreendido por uma situação ameaçadora.

Após a metodologia, é apresentado um capítulo referente à realização da pesquisa, onde os dados foram apresentados e analisados de formas variadas por meio de quadros e gráficos. Nesse capítulo há discussão e apresentação das respostas aos objetivos geral e específicos.

Por fim, foram apresentadas algumas propostas de intervenção, tais como investir na capacitação dos policiais através da implementação de uma disciplina de Sobrevivência Policial nos cursos de formação de policiais militares e a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) a ser adotado pelo policial em caso de ameaça.

2 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO EM SEGURANÇA

Durante muito tempo o processo de produção de conhecimento vem sendo a tarefa primordial da atividade de inteligência. Os conhecimentos são recursos utilizados diariamente em todos os aspectos da vida, e no campo da segurança pública não é diferente. Acerca disso podemos citar:

A atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país. Inteligência e Contraineligência são os dois ramos da atividade. A atividade de Inteligência é fundamental e indispensável à segurança dos Estados, da sociedade e das instituições nacionais. Sua atuação assegura ao poder decisório o conhecimento antecipado e confiável de assuntos relacionados aos interesses nacionais. [...] A atividade de Inteligência se ocupa de temas do âmbito externo e interno do país. No âmbito externo, tem como missão obter e analisar dados que ofereçam suporte aos objetivos nacionais, tanto na defesa contra as ameaças existentes quanto na identificação de oportunidades. **Sob a perspectiva interna, a Inteligência enfoca a proteção do Estado, da sociedade, a estabilidade das instituições democráticas e a eficiência da gestão pública. A Inteligência pode apresentar natureza estratégica, ligada à formulação de políticas públicas, de diretrizes nacionais ou de elaboração de instrumentos legais. Pode adquirir caráter mais tático, na assessoria ao planejamento de ações policiais, militares ou de fiscalizações. Pode ainda ser mais operacional, no apoio a ações efetivas de combate militar, perseguição e busca por criminosos, enfrentamento e prevenção de ilícitos (grifo nosso).** [...] A finalidade da atividade de Inteligência resulta das prioridades que cada país elabora como fruto das suas características e interesses políticos e sociais. A relação de assuntos e temas dos quais a atividade de Inteligência trata no Brasil resulta das orientações da Presidência da República e são fiscalizadas pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional. (ABIN, 2018).

De Lima, *et al* (2006, p. 45) aduz que “é através das atividades da produção de conhecimento que se pode sistematizar informações para auxiliar o trabalho da prevenção e repressão não só no combate ao crime organizado mas também ao crime comum”.

Segundo o historiador militar John Keegan, a grande questão para se produzir inteligência utilizável é a de responder adequadamente as perguntas básicas (quem, quando, onde e como) em tempo real. Isso significa que devem chegar a tempo de serem utilizadas com proveito pelos órgãos operacionais. No caso da segurança pública, isso significa a tempo de prevenir o crime, precaver-se contra uma nova modalidade criminal ou pelo menos identificar os autores, mesmo que ainda sem provas. O ideal é a antecipação, mas mesmo isso não basta, pois algumas vezes a informação é desconsiderada pelos órgãos de execução. (DE LIMA, *et al*, 2006, p. 48).

Ou seja, não basta apenas que haja a produção de conhecimento se o mesmo não for utilizado em tempo oportuno e da maneira correta, principalmente pelos órgãos gestores. Além disso, para se chegar ao conhecimento desejado é necessária uma série de atividades desenvolvidas por especialistas e analistas. De forma exemplificada, temos o que chamamos de “informe” e “informação”, onde ambos se diferem por vários aspectos, e basicamente é na “informação” que se pode expressar a “certeza” sobre determinado assunto, sendo que no “informe” o que encontramos é apenas uma “opinião”.

Segundo De Lima *et al* (2006, p. 49), para que um informe se transforme em conhecimento utilizável, deve passar por uma sequência de etapas as quais abrangem 06 (seis) procedimentos:

1. **Definição.** Apresentação do material.
2. **Consultas.** Pesquisas nos diversos bancos de dados de informações relacionadas ao caso.
3. **Seleção.** Triagem dos dados levantados, conservando os relevantes e eliminando os inúteis.
4. **Análise.** Todos os elementos obtidos até o momento são fragmentados e analisados em suas partes, a fim de testar sua validade.
5. **Síntese.** Juntar de novo as peças a fim de proporcionar uma resposta, ao mesmo tempo sugerindo possibilidades de encaminhamento.
6. **Disseminação.** Encaminhar o material coletado e analisado.

Desta forma, além de todo esse processo em que um informe é transformado em conhecimento utilizável, é necessário que o mesmo atenda sua finalidade inicial, que é ser disseminado, ou seja, utilizado pelo usuário que o solicitou conforme suas necessidades.

[...] No que diz respeito às organizações criminosas, é possível identificar pelo menos **seis possíveis utilizações para as informações produzidas pelo setor de inteligência (grifo nosso)**: Reprimir casos concretos – ajudar a identificar grupos de criminosos através do modus operandi, características físicas dos membros, áreas de atuação, etc; Prevenir crimes – identificar os chamados “pontos quentes”, locais que concentram a maioria dos crimes em uma área urbana, e também os horários em que os crimes ocorrem; Prever tendências – identificar os próximos desdobramentos do crime, ou seja, para onde ele vai migrar, qual o tipo de crime que será a próxima moda, movimentos de gangues, etc; Identificar as lideranças e os elementos-chave das organizações criminosas; Monitorar a movimentação cotidiana da organização para identificar a sua rotina; Identificar pontos fracos e informantes em potencial. (DE LIMA, *et al*, p. 51).

Como podemos observar, são inúmeras as utilidades do conhecimento, principalmente para o campo da segurança pública, e por isso se faz imprescindível sua necessidade de produção contínua. Para tanto, é necessário que inicialmente haja um problema ou questão a ser resolvida, e para isso é necessário um processo de pesquisa, investigação, levantamento e análise de dados para posterior produção da informação que será utilizada no problema inicial.

Além disso, a informação geral registra dados sobre a história das nações: *suas guerras, grandes generais, sorte política, tradições guerreiras, poder de resistência, capacidade ofensiva demonstrada em ações passadas. Tropas de elite*. Tudo obtido com base no processo de repetição dos fatos históricos. (ARAÚJO, 2018, p. 63).

Araújo (2018) afirma em seus estudos que o “conhecimento” é o produto final da atividade de inteligência, onde o mesmo se materializa em determinados tipos de documentos, quais sejam: a) **informe**: conhecimento que resulta do juízo formulado por profissional de inteligência que expressa certeza ou opinião sobre situação ou fato presente ou passado; b) **informação**: conhecimento que resulta de raciocínio elaborado por profissional de inteligência e que expressa certeza sobre situação ou fato presente ou passado; c) **apreciação**: conhecimento que resulta de raciocínio elaborado por profissional de inteligência e que expressa opinião sobre situação ou fato passado ou presente; d) **estimativa**: conhecimento que resulta de um raciocínio elaborado por profissional de inteligência e que expressa uma opinião sobre o futuro de uma situação ou fato;

Diante dessas discussões o que podemos observar é que o conhecimento é classificado de várias formas, sendo a informação uma delas, onde o seu conteúdo expressa certeza sobre determinado fato ou situação. Além disso, para a produção de conhecimentos, de informações, é necessária a atuação de um analista.

Assim como o ser humano precisa de uma *mentalidade de segurança* para se prevenir contra ameaças a sua integridade física, deve também criar uma *mentalidade de inteligência*, para usar, com eficiência e eficácia, a mais poderosa arma de combate permanente às adversidades internas e externas: a **INFORMAÇÃO**. (ARAÚJO, 2018, p. 4).

3 INFORMAÇÕES SOBRE HOMICÍDIOS DE POLICIAIS NO BRASIL

Sobre a mortalidade policial no Brasil, convém citar o que diz a edição de 2014 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o qual destacou a alta letalidade e vitimização do policial (civil e militar) no país, apresentando um total de 1770 policiais mortos em cinco anos (2009 a 2013), sendo 490 somente no ano de 2013, sendo que destas, 121 foram durante alguma operação e 369 (75,3%) em horário fora de serviço (TERRA, 2014).

Ao compararmos o Brasil com países como os Estados Unidos da América, verificamos que na Califórnia (EUA) entre os anos de 1980 e 2014, houve a morte de 345 policiais, sendo que destas, 187 ocorreram devido a ataques de criminosos, e as demais em virtude de acidentes (FERNANDES, 2018). A Califórnia foi conhecida por ter uma das taxas de maior morte policial dos Estados Unidos da América, mesmo assim, nota-se que em mais de 30 anos houve bem menos assassinatos de policiais do que em 05 anos (2009 a 2013) em todo o território do Brasil.

Em 2015 foram registradas 65 mortes de policiais militares somente no Estado de São Paulo, sendo que 13,8% destes foram mortos durante o serviço, e os demais (86,2%) foram assassinados quando estavam de folga, ou mesmo estavam na inatividade. O ano de 2014 apresentou dados piores, sendo um total de 85 mortes policiais, onde 77 (90,6%) estavam fora de serviço e os demais durante o policiamento (G1, GLOBO, 2016).

Foi noticiado que o Estado do Rio de Janeiro no ano de 2016 ocupou o primeiro lugar no ranking de mortalidade policial, com uma taxa de 0,6 para cada 100 mil policiais, sendo que no ano de 2015 foram mortos 98 policiais (O GLOBO, 2017).

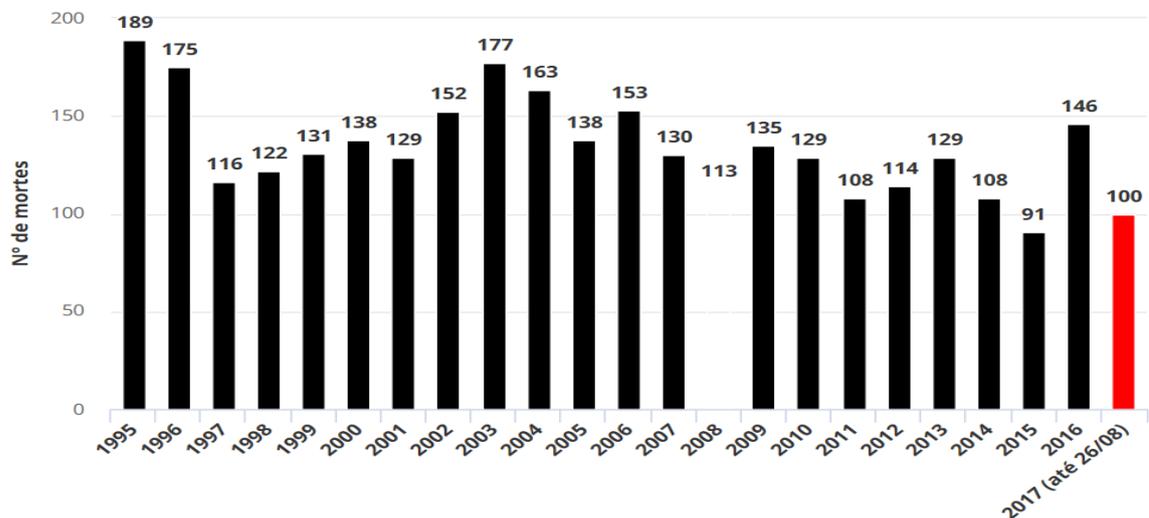
Minayo e Souza (2013 *apud* Silva 2015, p. 75) acerca de pesquisas realizadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro sobre mortalidade policial, referiram que:

[...] dos 4.518 policiais militares mortos e feridos por todas as causas de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas, contra 43,9% em serviço. O número de policiais que perderam a vida em serviço foi 2,5 vezes maior em 2004 quando comparado ao ano de 2000.

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca da percepção do policial no Brasil, encontrou que 68,4% dos policiais entrevistados afirmaram terem tido colegas que foram vítimas de homicídios fora de serviço; 60,6 % afirmaram que tiveram colegas assassinados durante o serviço e 64,2% afirmaram terem sido discriminados somente pelo fato de exercerem a profissão de policial (REIS, 2015).

Em 2017, o Rio de Janeiro registrou uma marca inédita, alcançou o quantitativo de 100 policiais militares assassinados somente nesse ano. Sendo que 60% destes morreram durante suas folgas. Destaca-se também que desde o ano de 1995 até 2017 houve 3.087 assassinatos desses agentes da lei, onde 80% foi durante a folga, sendo 598 casos durante o serviço (G1, RIO DE JANEIRO, 2017). O gráfico abaixo demonstra tal fato:

Gráfico 1: Mortes de PMs entre 1995 e 2017



Fonte: G1, Rio de Janeiro (2017)

No ano de 2016 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 15 estados com aumento de homicídios de policiais em comparação a 2015, sendo que o Estado que lidera o ranking é o Rio de Janeiro. Destacou também que, depois do Estado do Amapá, é o Estado em que mais civis são mortos em intervenções policiais (G1, FANTÁSTICO, 2017).

No Estado de São Paulo entre os anos de 2008 e 2017, 680 policiais militares foram assassinados segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sendo 77% destes fora de serviço (UOL, 2018).

Atualmente, no ano de 2018 no Estado do Rio de Janeiro, estão sendo computados 70 homicídios de policiais, dentre eles, 64 policiais militares, 05 policiais civis e 01 policial federal (SPUTNIK, 2018).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou dados do ano de 2018 onde 367 policiais foram mortos no país, dentre eles policiais civis e militares, havendo uma redução de 4,9% em comparação ao ano anterior (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

No Maranhão, no ano de 2017 foram assassinados 03 policiais estando fora de serviço. No ano de 2016 houve 08 mortes de policiais militares em situação de confronto ou por lesão não natural fora de serviço. Em 2015 nessa mesma situação houve 06 mortes e em 2014 um número maior de 16. Além disso, em relação aos policiais militares mortos em confronto em serviço, no ano de 2014 houve apenas 01 (uma) ocorrência no Estado do Maranhão. Sendo que em 2015 houve 02 policiais militares mortos nessa situação, e em 2016 um número maior de 03 policiais mortos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

4 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM SÃO LUÍS

A Segurança Pública constitui uma temática debatida no mundo inteiro, e no Brasil não é diferente. Após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o assunto vem ganhando cada vez mais destaque por se tratar de algo essencial para o alcance da Ordem Pública. Lazzarini (2003) afirma que a Segurança Pública constitui uma das causas da Ordem Pública, da tranquilidade pública e da salubridade pública. Nesse aspecto, a Ordem Pública abarcaria a ordem administrativa em geral, na qual cabe ao Estado o uso legítimo do poder através de seus órgãos de segurança, com destaque para as polícias.

A Segurança Pública estaria associada ao estado antidelitual na qual o cidadão age em observância aos preceitos estatuídos pelas legislações penais vigentes, e onde há a ação de polícias preventivas e repressivas no intuito de evitar que a Ordem Pública seja afetada, com prejuízos aos direitos da vida, liberdade, propriedade, dentre outros (LAZZARINI, 2003).

Desta forma, pode-se presumir que a Segurança Pública age visando à preservação da Ordem Pública e o combate à criminalidade. Por isso, cada vez mais a sociedade exige de seus representantes políticos maiores investimentos em segurança, com a oferta de serviços mais eficazes e uma polícia mais cidadã, eficiente e de qualidade, voltada a atender às necessidades locais.

De outra forma, a Segurança Pública não é tarefa somente do Estado, pois cabe também a contribuição individual para que a Ordem Pública seja alcançada. Nesse mister, o papel das polícias e do cidadão decorre do previsto no parágrafo único do art. 144, e o papel da Polícia Militar encontra ensejo no inciso V e §5º desse mesmo artigo da Constituição Federal de 1988:

A segurança pública, **dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (grifo nosso)**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: [...] (Parágrafo único art. 144). [...] V – polícias militares e corpos de bombeiros militares [...] (Inciso V, art. 144). Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]. (§5º art. 144) (BRASIL, 2012).

Assim, no universo das polícias é necessário frisar o papel da polícia militar, também denominada de polícia administrativa, a qual atua diretamente com o cidadão, pois se constitui em polícia ostensiva e de repressão imediata.

Sobre a Polícia Militar do Maranhão (PMMA), antes de falar sobre sua atuação na Região Metropolitana de São Luís, é necessário que se faça um breve apanhado histórico sobre sua origem e evolução.

Sendo assim, frisamos que a presença de militares no Estado do Maranhão é antiga, desde os tempos coloniais. A Lei Provincial número 05 do dia 23 de abril de 1835 criou os Corpos de Polícia Rural nos interiores do Estado. A PMMA tem sua origem no ano de 1836, através de uma Lei Provincial nº 21 de 17 de junho do mesmo ano, sancionada pelo Presidente Antônio Pedro Costa Ferreira. Surgiu com o nome de “Corpo de Polícia da Província do Maranhão”, e era constituída na época com um Estado-Maior e 04 (quatro) Companhias de Infantaria (MARANHÃO, 2015b).

No ano de 2018 a PMMA completou seus 182 (cento e oitenta e dois) anos de existência. Constitui uma instituição que recebeu diversas denominações ao longo dos tempos, dentre as quais citamos: “Corpo de Segurança Pública”, “Corpo de Infantaria”, “Corpo Militar do Estado”, “Batalhão Policial do Estado”, “Força Militar do Estado”, “Brigada Auxiliar do Norte” e por fim, no ano de 1951, “Polícia Militar do Maranhão” (MARANHÃO, 2015b).

Figura 1: Solenidade policial militar



Fonte: Grancursos (2016)

Atualmente, em 2018, a PMMA possui uma estrutura bem maior, que se faz presente em todos os 217 municípios do Estado do Maranhão, com um efetivo de mais de 11 (onze) mil policiais militares em atividade, distribuídos tanto na capital do Estado (São Luís), como nos demais municípios interioranos. Na estrutura

hierárquica da PMMA constam oficiais superiores, intermediários e subalternos, além de praças e praças especiais. Todas esses postos e graduações possuem cursos de formação para ingresso ofertados na própria instituição, como exemplo podemos citar os Cursos de Formação de Soldados (CFSd) e Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Em se tratando do CFO, os primeiros oficiais do Estado do Maranhão eram oriundos de outros cursos fora do Estado. Somente no ano de 1993 teve início a primeira turma de CFO formada no próprio Maranhão, a partir da Lei nº 5657, onde os seus aspirantes foram formados em 1995 (MARANHÃO, 2015b).

A PMMA é regida por diversas legislações, sendo que uma delas preconiza a sua subordinação e lhe atribui determinadas funções de auxílio ao Exército Brasileiro (EB): “§ 6º - Às polícias militares [...], forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, [...] aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (BRASIL, 2012).

Figura 2: Brasão da PMMA



Fonte: Grancursos (2016)

O Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) aprovado através do Decreto Federal nº 88777, de 30 de setembro de 1983 regulamenta algumas atribuições que norteiam as ações da PMMA, além da preservação da ordem pública, a constar a execução de:

Policiamento ostensivo geral, urbano e rural, de trânsito urbano e rodoviário, nas estradas estaduais; policiamento florestal e de mananciais; rádio patrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial; segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado [...] (BRASIL, 1983, p. 35).

Acerca da Segurança Pública do Maranhão e o enfrentamento da criminalidade, cabe ressaltar que no Estado há uma crescente onda de violência contra a população civil e até mesmo militar. Isso se deve, dentre outros, ao surgimento e fortalecimento de algumas organizações criminosas ou facções no Estado. Estas foram identificadas de forma mais acentuada a partir do ano de 2009 dentro da Penitenciária de Pedrinhas na capital do Estado. Além disso, houve um reconhecimento de um aumento de pontos de tráfico de drogas disputados por essas facções, onde as principais são o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e o Bonde dos Quarenta Ladrões (B.40 ou Bonde dos Quarenta) (SILVA, 2015).

No meio dessa criminalidade atuam diversos agentes de segurança pública, os quais por vezes são alvo de ameaças constantes. Temos como exemplo um episódio de homicídio a um policial militar chamado Francinaldo Sousa Pereira (41 anos), onde o mesmo praticamente foi executado:

[...] O soldado da polícia militar, Francinaldo Sousa Pereira, de 41 anos, foi assassinado quando estava de serviço em um trailer no bairro da Vila Nova, em São Luís. [...] Segundo a polícia, o soldado foi atingido por mais de 10 disparos. Criminosos metralharam dois trailers da Polícia Militar na noite desse sábado (9), nos bairros Vila Nova e Bairro de Fátima, em São Luís. Durante uma reunião realizada no domingo (10) integrantes da cúpula da segurança pública do Estado acreditam que os ataques foram uma resposta dos criminosos as ações de combate ao crime efetuadas pela polícia. [...] (G1, MARANHÃO, 2013).

Sobre a questão do tráfico de drogas na capital São Luís, o Bonde dos 40 tentou exercer monopólio dessa atividade ilegal, e no ano de 2014 foi relatado que o setor de inteligência da Polícia Civil interceptou através de escutas telefônicas, que os presidiários líderes dessas facções criminosas ordenavam a seus comparsas que executassem diversos ataques a ônibus, delegacias e assassinassem policiais militares. Isso tudo resultou em uma onda de ataques que vieram a incendiar ônibus e vitimar uma menina chamada Ana Clara de 06 anos (SILVA, 2015).

Ao se retratar a Região Metropolitana de São Luís, a partir do ano de 1998 esta região abrangia apenas os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. No entanto, com o advento da Lei Complementar nº 174 de 25 de maio de 2015 que dispõe sobre a instituição e gestão da Região

Metropolitana da Grande São Luís, foi estabelecido que integram essa região também os municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís, constituindo então 13 municípios (MARANHÃO, 2015a). Essa integração é inerente ao processo de planejamento e gestão pública do Governo do Estado do Maranhão a partir da execução de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que abrange todos esses municípios.

Por outro lado, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) divulgou uma Nota Técnica Nº 01/2017 referente à “Atualização Cartográfica dos Municípios do Estado do Maranhão”, delimitando os municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís, abrangendo especificamente os municípios da Ilha do Maranhão: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Segundo tal documento:

Os ajustamentos foram estabelecido de acordo com os critérios sociais, econômicos, históricos, conveniências administrativas e conforto das populações limítrofes, sempre em consonância com as leis de criação ou vigentes, assegurando tecnicamente que a cartografia represente a realidade (IMESC, 2017, p.04).

Assim, para a estruturação deste trabalho, a pesquisa se deu conforme o que dispôs o IMESC sobre a delimitação da Região Metropolitana da Grande São Luís fazendo referência aos dados referentes à Ilha do Maranhão, os quais abrangeram os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, pois são esses os que compõem a Ilha do Maranhão.

A cidade de São Luís apresentou uma população de 1.014.837 pessoas segundo o Censo de 2010, onde os trabalhadores formais possuíam um salário médio mensal de 3.1 salários mínimos, uma taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade de 96.8%, taxa de mortalidade infantil de 17.12 óbitos/mil nascidos vivos e 65,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017). Esses números mostram um território onde ainda há diversas problemáticas no que tange à eficácia das políticas públicas para a totalidade da população.

A cidade de São José de Ribamar apresentou uma população de 163.045 pessoas segundo o Censo de 2010, onde os trabalhadores formais possuíam um salário médio mensal de 1.8 salários mínimos, uma taxa de escolarização de 06 a 14

anos de idade de 97.1%, taxa de mortalidade infantil de 16.82 óbitos/mil nascidos vivos e 44,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017).

A cidade de Raposa apresentou uma população de 26.327 pessoas segundo o Censo de 2010, onde os trabalhadores formais possuíam um salário médio mensal de 1.7 salários mínimos, uma taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade de 96.6%, taxa de mortalidade infantil de 15.93 óbitos/mil nascidos vivos e 16.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017).

A cidade de Paço do Lumiar apresentou uma população de 105.121 pessoas segundo o Censo de 2010, onde os trabalhadores formais possuíam um salário médio mensal de 1.7 salários mínimos, uma taxa de escolarização de 06 a 14 anos de idade de 96%, taxa de mortalidade infantil de 19.02 óbitos/mil nascidos vivos e 54.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017).

Aos compararmos esses outros três municípios (São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) com a capital do Estado (São Luís), verificamos uma discrepância em vários aspectos de políticas públicas básicas, o que sugere uma desigualdade social acentuada. É notável que o percentual de domicílios com um esgotamento sanitário adequado é infimamente menor no município de Raposa, apesar de que tal localidade possui a menor população habitacional em comparação com as demais.

Verifica-se também uma taxa de mortalidade maior no município de Paço do Lumiar. Além disso, todos os três municípios, senão a capital, possuem trabalhadores formais com um salário médio mensal menor do que em São Luís.

Todos esses fatores são condições geradoras de pobreza em maior ou menor grau, fato que pode vir a contribuir diretamente para o aumento da criminalidade nos municípios estudados.

5 AMEAÇA AO POLICIAL MILITAR

A ameaça é um termo que designa diversas ações, tais como, “palavra, ato, gesto pelos quais se exprime a vontade que se tem de fazer mal a alguém: discurso cheio de ameaças” (DICIO, 2018). É também tipificada como crime, constante no Código Penal, em seu artigo 147:

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:
Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.
Parágrafo único – Somente se procede mediante representação. (BRASIL, CP, 2008).

Trata-se de um crime formal, não sendo necessária que a vítima sinta-se ameaçada. Além disso, a ameaça se consuma no momento em que o sujeito passivo (a pessoa que foi ameaçada) toma conhecimento do mal prenunciado (MIRABETE, 1993).

Em sua pesquisa sobre vulnerabilidade policial na Grande São Luís, Silva (2015, p.59) aduziu que:

O sujeito ativo da ameaça pode utilizar-se de vários meios para executar o crime explícito na lei, quais sejam: mediante palavras, por telefone, escritos, por correspondência, e-mail, gestos, apontar uma arma de fogo, ou qualquer outro meio simbólico, até enviar uma faca em uma caixa de presente para a vítima, por exemplo. [...] É um crime de ação penal de iniciativa pública condicionada, somente se procede mediante representação. Doutrinariamente a ameaça poderá ocorrer de várias formas destacando-se as ameaças direta, indireta, explícita, implícita e condicional. A primeira é quando o mal proferido contra a própria vítima; a segunda poderá ocorrer contra os parentes ou pessoas próximo a vítima; quando ocorrer de forma explícita ela manifesta-se de forma clara e sem sutilezas; a implícita é aquela feita sutilmente, indiretamente, de forma velada; ou, ainda, condicional, quando o mal prometido depender de um acontecimento futuro.

A ameaça é um fenômeno identificado por diversos autores quando se pesquisa por vitimização policial, pois esses agentes da lei, devido à sua função, vão de encontro ao combate às infrações penais, criando um clima de inimizades com criminosos e membros de facções, os quais por vezes buscam a execução dos policiais.

Os policiais militares são as vítimas preferidas de facções criminosas, isso porque aqueles atuam com o objetivo de evitar ações criminosas individuais e

coletivas. Além disso, os membros dessas facções agem contra os policiais para vingar mortes de seus comparsas e continuarem a cometer delitos (SILVA, 2015).

Cabe destacar que ao se pesquisar essa temática na literatura existente encontramos termos parecidos, mas que, no entanto não são sinônimos, os quais destacaram “vitimização” e “mortalidade”. Silva (2015, p. 72) afirma que “a vitimização profissional, relaciona-se com o ato do indivíduo morrer ou sofrer grave lesão física ou psicológica em decorrência de sua atividade profissional, neste caso os policiais militares [...]”.

Depreendemos então que a vitimização se constitui em uma forma mais ampla de ofensa ao policial, abrangendo não somente a ofensa à integridade física (podendo resultar lesões corporais ou morte), mas também à psicológica. No caso da mortalidade, seria uma forma mais específica de vitimização que resulta necessariamente na ofensa à integridade física levando ao óbito.

E ainda, ao estudar sobre o risco da atividade policial, nos deparamos com termos como vulnerabilidade e vitimização, sendo todos interligados. Ayres (*apud* SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007, p. 323), considera risco como:

[...] chances probabilísticas de susceptibilidade, atribuíveis a um indivíduo qualquer de grupos populacionais particularizados, delimitados em função da exposição a agentes (agressores e protetores) de interesse técnico ou científico.

Minayo e Souza (2013) afirmam que a profissão de policial militar é vulnerável porque o mesmo é exposto a diversas situações tais como inadequadas condições de trabalho, treinamento para o combate, armamentos e viaturas precárias, dentre outros.

Em se tratando da atividade policial quanto ao seu grau de periculosidade, Reiner (2004, p. 136) aduz que: “[...] o papel do policial é único, pois a base do seu trabalho requer que ele encare situações onde o risco está no resultado imprevisível do enfrentamento com outras pessoas”. Depreende-se dessa assertiva que a profissão policial militar constitui uma atividade de risco, com maior vitimização deste grupo profissional se comparado a outras profissões.

Em sua pesquisa na Grande São Luís, Silva (2015) constatou que o policial militar está sujeito a estresse, invalidez permanente, lesões corporais e morte durante o exercício de sua função. Além disso, destacou que o policial é ameaçado pelos criminosos de forma direta ou indireta, devido à sua ação de combate ao

crime. Constatou que 84% num universo de 69 policiais militares, afirmaram já terem sofrido alguma ameaça de morte por algum membro de facção criminosa, que se deu através de ligações por telefone celular, mensagens de texto, redes sociais, cartas e até mesmo diretamente pela verbalização. E ainda, destacou que a maioria dos policiais que sofrem esse tipo de ameaça são os que desempenham exclusivamente atividades operacionais de combate à criminalidade.

Giddens (2002) afirmou que os agentes de segurança pública, principalmente os policiais militares, correm constante risco em virtude de sua profissão, fato que lhe aumenta a probabilidade de sofrer lesões corporais, traumas e mortes, e, além disso, o significado de sua escolha profissional lhe traz o gosto pela ousadia e afrontamento como uma opção e não como destino.

Souza e Minayo (2005) afirmaram que talvez a maior violência que o policial possa sofrer é a de viver numa profissão de perigo, podendo ser morto a qualquer momento. Esse risco é inerente à sua profissão, e os coloca numa situação de incerteza e tensão permanentes mesmo durante suas folgas.

Silva (2015, p. 62) em sua pesquisa ao estudar sobre vulnerabilidade policial militar frente às facções criminosas na grande São Luís, aduziu que:

O serviço policial, pela sua finalidade, por vezes traz consequências negativas para a vida do agente de segurança pública – pois envolve uma série de riscos - ele está sujeito a estresse, lesões corporais, invalidez permanente e até mesmo morte durante o exercício de sua profissão. Juntamente a estes fatores vem a exposição da figura do policial em si perante o criminoso; pela ação de combate ao crime é gerada insatisfação nos marginais que passam a visualizar o policial como alvo – surgindo então as ameaças diretas ou indiretas.

Dentre as circunstâncias que permeiam a problemática de homicídios de policiais, podemos listar os seguintes: a realização de atividades profissionais paralelas (bicos); o policial de serviço (em confronto); ou o policial durante sua folga. Tais circunstâncias foram demonstradas estatisticamente nos parâmetros analisados por diversos órgãos e entidades envolvidas com a segurança pública.

Sobre o significado da palavra “circunstância”, compreende:

Particularidade que caracteriza um fato, uma situação e, além disso, aquilo que os acompanham. Situação auxiliar ou detalhe que complementa e define um acontecimento; particularidade. Indicação comprovativa que determina o real significado de um fato e/ou condição: as circunstâncias de um processo penal. Que caracteriza o estado atual das coisas; conjuntura ou contexto: dobrar-se às circunstâncias. (DICIO, 2018).

Ao se pesquisar o conceito da palavra “confronto” tem-se os seguintes significados: “combate; ação de se opor violentamente a; em que há briga; confronto entre policiais e bandidos; [...] disputa entre adversários ou rivais; [...] encontro cara a cara; ação de estar diante de alguém;” (DICIO, 2018). Assim, a própria semântica dessa palavra já remete a um embate, sendo uma expressão usualmente utilizada, principalmente na vivência do policial quando este se vê diante de um combate armado contra infratores.

Conforme Silva (2015, p. 71):

[...] não obstante ao seu empenho profissional, o policial poderá, quer de folga quer até mesmo em alguma missão, ter um desfecho negativo nas suas ações, podendo ficar gravemente ferido ou ir a óbito.

Diante disso, observa-se que a mortalidade policial pode vir a ocorrer com grandes probabilidades, seja durante o serviço ou mesmo nos momentos de folga desses agentes da lei.

Com relação ao aspecto de convivência familiar do policial, Silva (2015, p. 64) afirma que: “[...] infelizmente decorrente da profissão, o policial acaba expondo também o seu ambiente familiar, [...] são muitas as famílias que pedem que o policial deixe sua atividade em virtude da sua exposição aos perigos”. Portanto, nota-se que a atividade policial militar apresenta diversas problemáticas que interferem não somente no seu aspecto de vida profissional, mas também pessoal e, sobretudo, reflete no contexto de vida familiar.

Cabe destacar que o policial militar pode sofrer ameaças e ser vitimado em confronto durante duas situações: estando de serviço ou fora dele.

5.1 Ameaça a policial militar em serviço

O policial se encontra de serviço quando desempenha o policiamento ostensivo, cumpre uma escala previamente definida e atua conforme um planejamento estratégico com procedimentos operacionais padrões, seguindo orientações de seus comandantes imediatos.

Cabe destacar que o policial militar estando de serviço atua em uma situação totalmente diferente quando está em seu horário de folga, isto em virtude de vários critérios, dentre os quais podemos destacar:

1. O policial durante o serviço de policiamento ostensivo geralmente não atua sozinho; normalmente compõe uma guarnição com um mínimo de duas pessoas armadas (armamentos letais e menos que letais), e equipadas (principalmente com colete balístico);
2. Se utiliza de recursos estratégicos, equipamentos que possibilitem pedir apoio a outros policiais em viaturas, motocicletas e outros, em boa parte das ocorrências;
3. A atuação de ostensividade pelo uso da farda, armamentos, equipamentos e viaturas, por vezes, intimida a ação atentatória de possíveis infratores da lei;

Além disso, é válido ressaltar que se considera também a circunstância do policial estar de serviço, quando do deslocamento de sua residência para a Unidade Policial Militar (UPM) ou vice-versa, situação que podemos chamar de trânsito. Cabe destacar que geralmente durante esse percurso, o policial militar encontra-se sozinho, sem nenhum apoio militar. Sendo assim, o mesmo pode vir a entrar em confronto contra os infratores da lei, podendo resultar em uma ação exitosa ou não.

Logo, o policial militar pode ser surpreendido por uma ameaça durante o trânsito para o trabalho, período esse compreendido entre o momento em que o mesmo se evade da sua residência, adentrado em um meio de locomoção ou não necessariamente, e durante o trajeto até o quartel. Nessas circunstâncias o mesmo pode estar fardado ou não, dentro do veículo ou a pé, portando ou não arma de fogo. E nesses casos, pode ser vítima de atentados contra sua vida por infratores que atuam com os mais diversos objetivos, tais como: roubo, latrocínio ou mesmo execução.

Além disso, é importante frisar que quando o policial militar sofre algum ferimento em decorrência da manutenção da ordem pública durante o serviço ou trajeto, há alguns procedimentos a serem tomados para que o mesmo possua seus direitos garantidos pelo Estado em se tratando da sua assistência, um deles é a obtenção de um atestado médico de origem.

O Decreto Nº 57.272, de 16 de novembro de 1965 define acidente de serviço como sendo:

Art 1º [...] aquêle que ocorra com militar da ativa, quando: [...] b) no exercício de suas atribuições funcionais, durante o expediente normal, ou, quando determinado por autoridade competente, em sua prorrogação ou antecipação; c) no cumprimento de ordem emanada de autoridade militar competente; d) no decurso de viagens em objeto de serviço, previstas em

regulamentos ou autorizados por autoridade militar competente; e) no decurso de viagens impostas por motivo de movimentação efetuada no interesse do serviço ou a pedido; **f) no deslocamento entre a sua residência e a organização em que serve ou o local de trabalho, ou naquele em que sua missão deva ter início ou prosseguimento, e vice-versa (grifo nosso)**. (Redação dada pelo Decreto nº 64.517, de 15.5.1969) [...] Art 2º Considera-se acidente em serviço para os fins previstos em lei, ainda quando não seja êle a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do militar, desde que entre o acidente e a morte ou incapacidade haja relação de causa e efeito. (BRASIL, 1965).

5.2 Ameaça a policial militar em folga

Em contraposição, ao estudar sobre a circunstância em que o policial militar se encontra de folga, nos deparamos com duas situações distintas: a primeira situação compreende o seu momento de folga/lazer; e a segunda abrange o momento em que o policial militar atua em uma atividade extra remunerada paralela chamada “bico”.

Nessas situações o policial militar pode de modo geral estar mais vulnerável a sofrer ameaças contra sua integridade física, pois atua em situações contrárias às destacadas quando o policial militar encontra-se de serviço, tais como:

1. O policial militar geralmente encontra-se sozinho, sem apoio de outros militares e sem equipamentos de proteção individual, isso facilitaria qualquer ação atentatória contra sua integridade física;
2. O policial militar na maioria das vezes encontra-se em trajes civis, fato que oculta sua identidade militar, o que pode vir a gerar transtorno se em uma situação de ameaça sua identidade como policial for revelada ao infrator;
3. O policial militar pode ou não estar portando arma de fogo no seu horário de folga, e frente a uma ameaça esse fato pode desencadear diversos desdobramentos com resultados exitosos ou não;
4. Geralmente no momento de folga o policial militar pode diminuir seus níveis de atenção, percepção e leitura de cenário, podendo ser facilmente surpreendido numa situação de ameaça;

Geralmente a atividade extra remunerada que o policial militar desempenha é vulgarmente chamada de “bico”, e consiste numa atividade paralela, onde os policiais militares são remunerados e atuam oferecendo segurança patrimonial, geralmente a empresas privadas.

Sobre o “bico”, como afirma De Lima *et al* (2006, p. 74), é necessário frisar que:

[...] Todo comandante sabe que “mexer no bico do policial” leva à quebra dos contratos de boca entre chefias e subordinados, cujos resultados vão desde a chamada “greve branca” até as chantagens e sabotagem na rotina da corporação policial. Com as devidas cautelas, pode-se dizer que a consolidação do bico como uma política informal de complementação salarial tende a contribuir para constituição de uma cadeia de comando e controle paralela que atravessa e perverte aquela formalmente instituída.

Os bicos não são atividades consideradas legais no ordenamento jurídico que rege o policial militar, e por isso não há um amparo da instituição militar enquanto o policial atua nessa função. A pesquisa de Silva (2015) apontou o “bico” do policial militar como uma consequência da necessidade de complementação salarial. Constitui uma prática ilegal, deveras arriscada, mas mesmo assim esse agente da lei se predispõe à sua realização.

O policial militar geralmente executa o bico durante as folgas dos seus serviços na instituição. Alguns aproveitam até mesmo para se utilizar de armamentos próprios da instituição durante os serviços de bico, o que não é autorizado.

De forma geral, durante o serviço de bico os policiais militares atuam descaracterizados, muitas das vezes sozinhos, sem proteção contra projéteis de fogo (coletes balísticos) e em outras circunstâncias que os colocam em situação de risco talvez até maior do que se estivessem atuando no serviço de policiamento ostensivo pela instituição policial militar. Por isso, cabe considerar o estudo da mortalidade policial durante seu período de folga, também no momento em que está atuando em atividade extra remunerada (bico).

Não obstante, o policial militar em horário de lazer pode estar ou não em sua residência. Quando se encontra em sua residência dificilmente pode vir a sofrer riscos, a não ser por casos de execução ou mesmo situações de invasão a domicílios por roubos, sequestros, dentre outros.

A palavra “lazer” remete a “Divertimento; atividade agradável praticada num momento de descanso ou de entretenimento [...]” (DICIO, 2018). No entanto, durante o lazer do policial em que o mesmo encontra-se em locais diversos da sua residência, o mesmo pode vir a ser submetido a situações de ameaça a sua integridade física, seja estando em locais públicos ou privados.

Na sua pesquisa, Silva (2015) aduziu que o policial mesmo em suas horas de folga não deixa de ser policial, pois se constitui em uma vítima em potencial que corre risco mesmo em seu horário de lazer. Nas entrevistas realizadas foi observado que a maior parte dos policiais relatou pouco preparo para reagir em situações de perigo. E ainda, 92,75% dos policiais militares entrevistados relataram sentir medo pela sua profissão, gerando relatos em 97% do total que mudariam de emprego, onde 87% não se sentem amparados pela sua instituição.

Essa situação constitui um problema extremamente relevante, haja vista que na maioria das vezes o policial pode se encontrar em trajes civis, descontraído, sem apoio de outros policiais e até mesmo desarmado. Por isso, estudar tal condição é de grande importância ao se analisar a mortalidade policial.

6 METODOLOGIA

Este estudo classifica-se quanto à sua natureza em uma pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada gera conhecimentos para aplicação prática a fim de solucionar problemas específicos, envolvendo interesses locais e verdades (PRODANOV, 2013). Assim, esta pesquisa busca gerar determinados conhecimentos para a aplicação prática de problemas específicos, como no caso da mortalidade policial militar, visando diminuir sua ocorrência.

Quanto aos procedimentos classifica-se em bibliográfica e documental, pois a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de literaturas já existentes, constituindo-se principalmente de livros (livros de leitura corrente e livros de referência) e artigos (publicações periódicas). Já a documental, que é semelhante à bibliográfica, diverge desta porque se constitui em materiais que ainda não sofreram nenhum tratamento analítico (GIL, 1991). No caso da temática em questão, foram utilizadas literaturas existentes (pesquisa bibliográfica) para discussão dos fatos, e documentos e informações disponíveis no âmbito interno da PMMA que não foram tratados de forma analítica e constituem fontes de pesquisa documental.

Quanto aos objetivos classifica-se em uma pesquisa descritiva e explicativa. Isto porque as descritivas objetivam descrever as características de algum fenômeno ou população, ou buscam estabelecer relações entre variáveis, e algumas inclusive vão, além disso, no intuito de determinar a natureza da relação entre variáveis, aproximando-se assim da pesquisa explicativa. Esta, por sua vez, se preocupa em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, e valem-se quase sempre do método experimental (GIL, 1991). Assim, a pesquisa classifica-se como descritiva porque busca identificar as circunstâncias em que ocorreram os homicídios policiais, estabelecendo relações entre variáveis, e explicativa porque busca também investigar as causas ou fatores que contribuíram para a ocorrência dessa problemática na região metropolitana de São Luís no ano de 2014 a 2016. A Região Metropolitana de São Luís abrange, para a pesquisa, os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, conforme delimitação indicativa pelo IMESC.

Em relação à abordagem, consiste numa pesquisa mista, pois apresenta aspectos tanto quantitativos quanto qualitativos, pois apesar da utilização de alguns recursos estatísticos para análise dos dados, é um estudo que visa à interpretação

dos fenômenos e atribuição de significados, onde seus dados serão analisados predominantemente de forma indutiva, no caso o homicídio de policiais. Lakatos e Marconi (2003) afirmam que o conjunto das atividades racionais e sistematizadas, as quais possibilitam o alcance do objetivo determinado, se constitui na definição do método escolhido.

Acerca da pesquisa mista, pode-se afirmar:

As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe a histórica dicotomia quantitativa-qualitativa (SOUZA; KERBAUY, 2017, p. 40).

Este estudo foi realizado na Diretoria de Pessoal (DP) da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), a qual é responsável por manter os arquivos dos militares que não estão mais desempenhando função ativa dentro da corporação, dentre eles os policiais militares mortos. Foi realizada também uma pesquisa na rede global de computadores (internet) acerca de informações dos casos de homicídios dos policiais militares, a fim de complementar as informações fornecidas em planilhas pela DP.

Sua coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2018, tempo estimado para levantar dados dos policiais militares mortos, conforme demonstra o Anexo A (Ofício para a Diretoria de Pessoal). Foi realizada também uma pesquisa no site institucional da PMMA sobre a existência de um calendário de cursos realizados na instituição que abrangem a temática de sobrevivência policial, os quais foram anexados ao final deste trabalho.

Após levantamento dos dados, os mesmos foram analisados utilizando-se programas como o Microsoft Office Excel. Os dados foram tratados utilizando-se fórmulas estatísticas e matemáticas a fim de serem apresentados através de gráficos e quadros, analisados quanto aos seus aspectos fenomenológicos e discutidos à luz da literatura existente.

Utilizando-se o método estatístico, é possível a determinação de probabilidades de acertos e margens de erros de determinados valores,

demonstrando um bom grau de precisão. Por isso, constitui um método muito aceito pela comunidade de pesquisadores (GIL, 1997, p. 17).

A partir disso, foi possível propor que a PMMA crie um procedimento operacional padrão a ser adotado pelo policial militar ao se deparar com uma ameaça. E ainda, feita a proposição para a PMMA atuar de forma preventiva no que tange à formação profissional ou educação continuada, ao ofertar disciplinas de “Sobrevivência Policial” nas grades curriculares dos cursos de formação de seus policiais militares.

7 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em três tópicos os quais constituem os objetivos da pesquisa realizada. O primeiro tópico versa sobre os dados coletados na PMMA sobre os homicídios de policiais militares no período de abrangência da pesquisa (2014 a 2016), e busca responder ao problema geral do trabalho, realizando análises e comparações. O segundo tópico visa propor para a instituição PMMA a criação de um procedimento operacional que deva ser adotado pelo policial militar quando este se encontrar sob uma situação de ameaça à sua integridade física. O terceiro tópico visa propor para a PMMA a inclusão de disciplinas de sobrevivência policial nas ementas dos cursos de formação de seus policiais, fazendo considerações sobre a importância dessa temática.

7.1 Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2014-2016)

Ao analisarmos os dados coletados na Diretoria de Pessoal (DP), os quais forneceram planilhas com as informações dos policiais militares mortos, tais como seus dados pessoais e sobre as circunstâncias das mortes, realizamos a análise dos mesmos e apresentamos por meio de quadros e gráficos.

O gráfico 2 mostra o número de homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís, considerando-se os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, nos anos de 2014 a 2016.

Gráfico 2: Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís

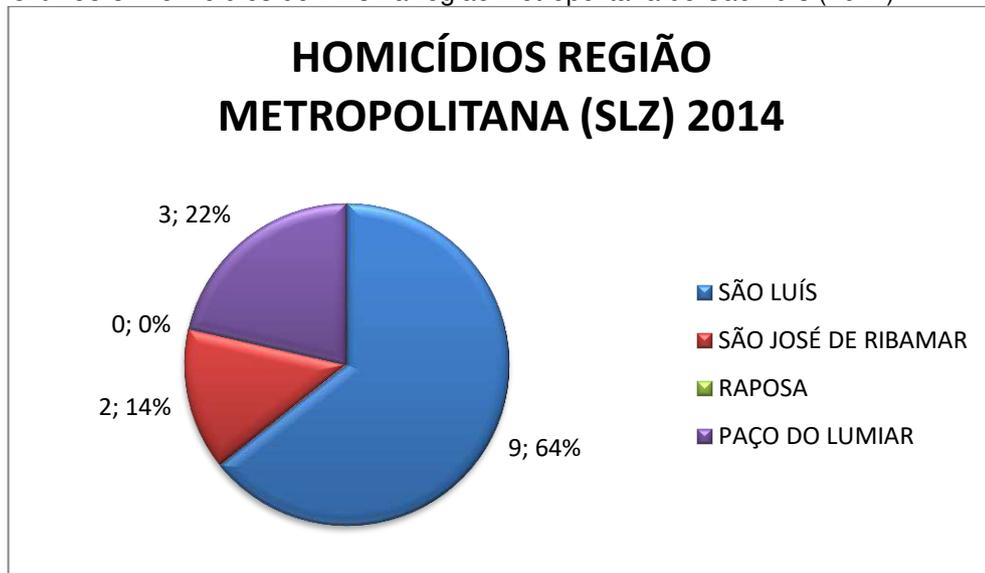


Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Podemos observar uma discrepância no número de homicídios, onde houve uma maior prevalência no ano de 2014, totalizando 14 (quatorze). Além disso, ao longo dos anos esse número veio diminuindo exponencialmente, onde no ano de 2015 foram somente 04 (quatro) registros e em 2016 caiu pela metade, apenas 02 (dois). Isso nos traz uma reflexão acerca dos fatores que podem ter levado à redução desses números nessas localidades, os quais podem ter abrangido maiores investimentos no campo da segurança pública local, treinamento contínuo de policiais, redução da criminalidade local, dentre outros.

Abaixo apresentamos os homicídios de policiais militares nesses municípios (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) apenas no ano de 2014, comparando em que locais houve maior prevalência.

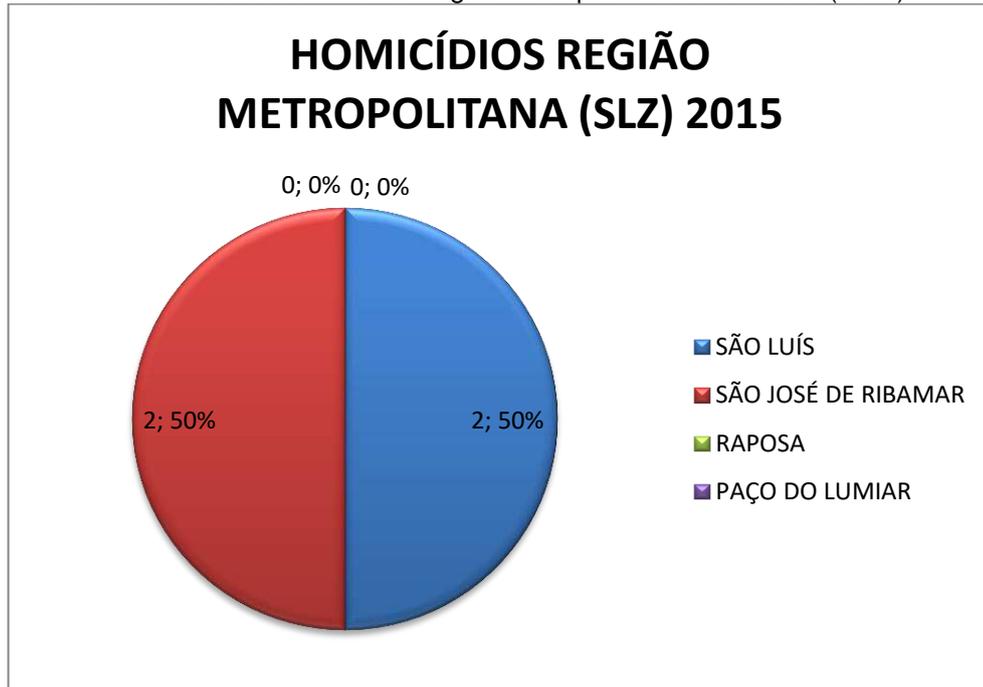
Gráfico 3: Homicídios de PMs na região metropolitana de São Luís (2014)



Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Podemos analisar, conforme o gráfico de setores apresentado, que no ano de 2014 o maior número de homicídios de policiais militares deu-se no município de São Luís, onde ocorreram 09 (nove) casos, representando assim 64% do total no período. Em seguida, o município de Paço do Lumiar foi o segundo local com maior número dessas ocorrências com 03 (três) casos, representando 22%.

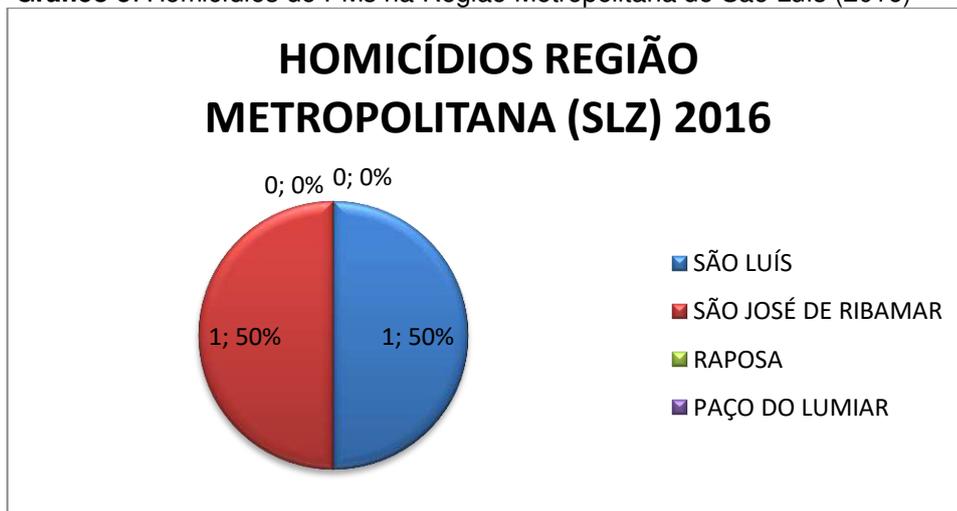
O gráfico 4 indica a distribuição do número de homicídios de PMs nos municípios em questão apenas no ano de 2015.

Gráfico 4: Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2015)

Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

A partir da análise desse gráfico constatamos que houve uma redução significativa dessas ocorrências, onde no ano de 2015 totalizaram apenas 04 (quatro) casos distribuídos de forma igualitária nos municípios de São Luís e São José de Ribamar.

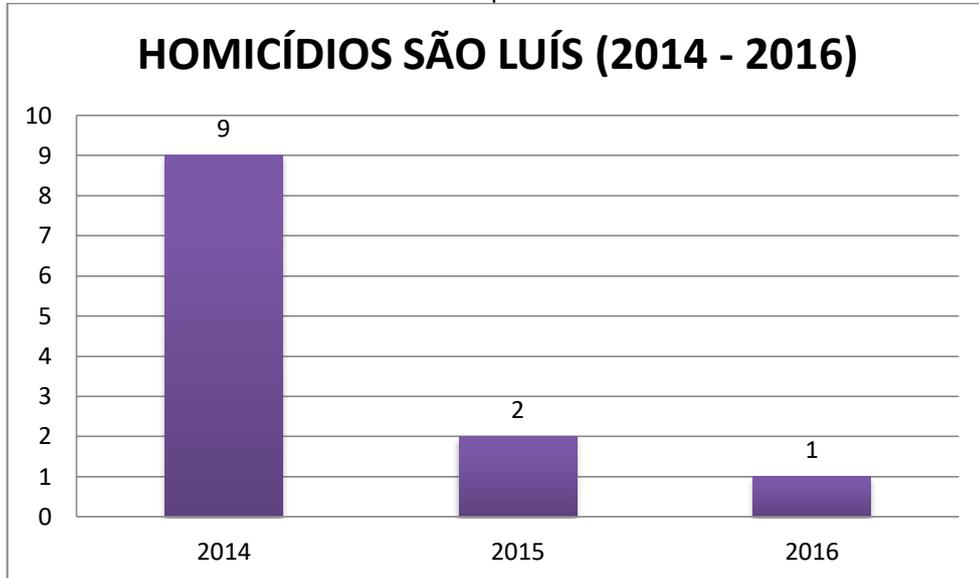
A seguir, o gráfico 5 demonstra o quantitativo de homicídios de PMs no ano de 2016 nessas localidades, onde podemos observar apenas 02 (duas) ocorrências, uma em São Luís e outra em São José de Ribamar.

Gráfico 5: Homicídios de PMs na Região Metropolitana de São Luís (2016)

Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

O gráfico 6 trata sobre os homicídios de policiais militares somente na cidade de São Luís no período em questão. Observa-se uma maior prevalência no ano de 2014, e uma acentuada redução ao se comparar com o ano de 2016.

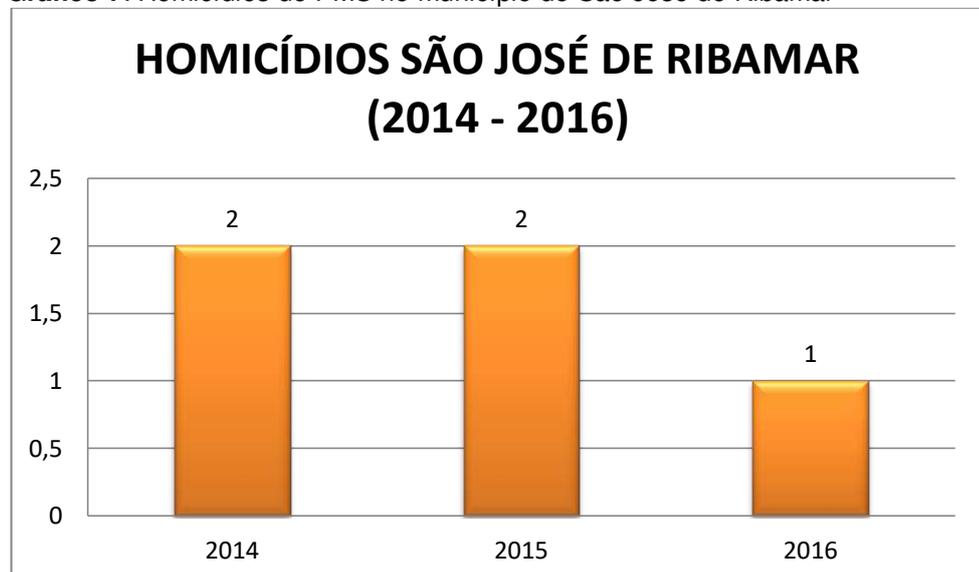
Gráfico 6: Homicídios de PMs no município de São Luís



Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Em continuidade, abaixo o gráfico 7 faz o comparativo de homicídios de PMs na cidade de São José de Ribamar no período de 2014 a 2016. Pode-se verificar que o número de homicídios se igualou no ano de 2014 e 2015, havendo uma redução em 2016.

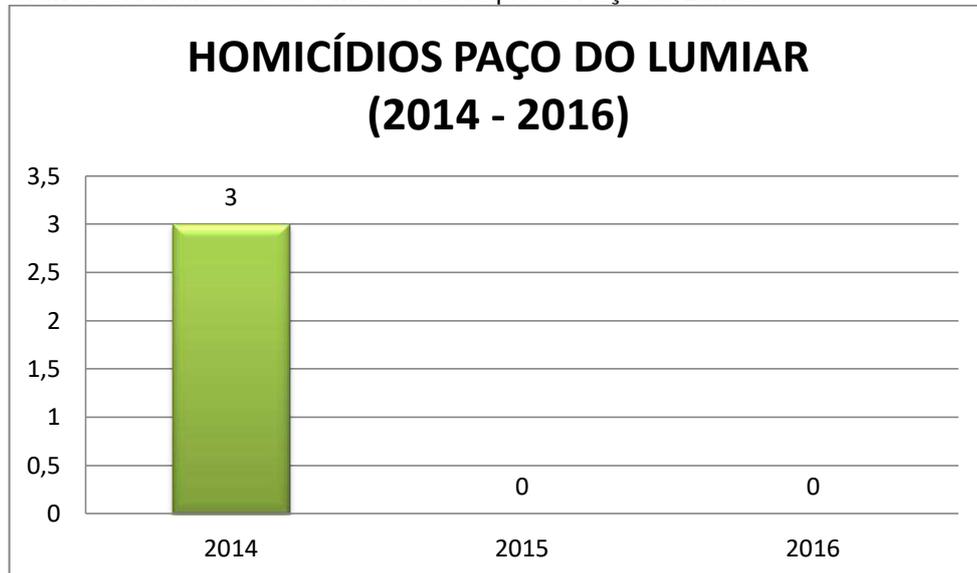
Gráfico 7: Homicídios de PMS no município de São José de Ribamar



Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

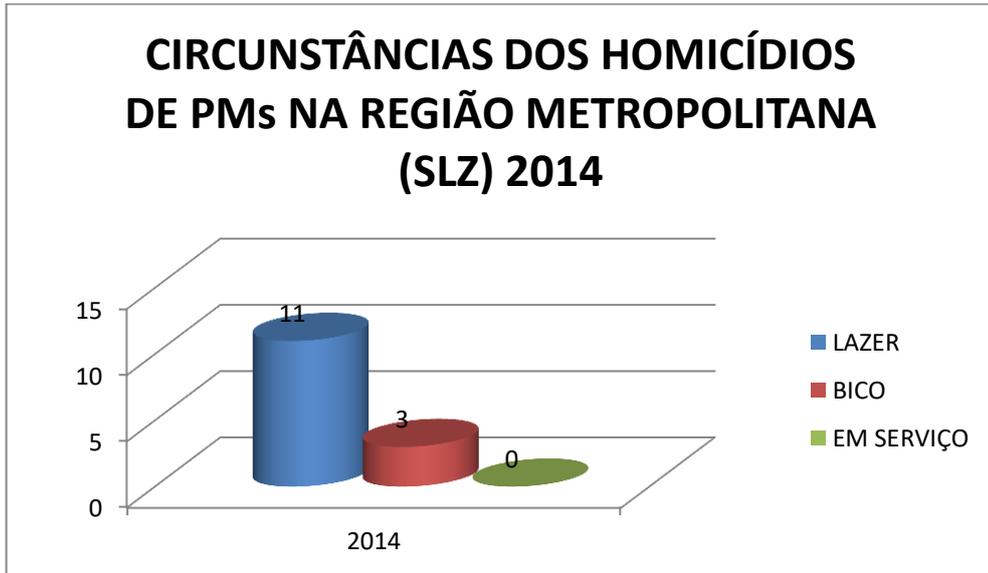
O gráfico 8 trata dessa ocorrência somente no município de Paço do Lumiar, demonstrando que apenas no ano de 2014 houve homicídios de PMs, os quais somaram 03 (três) casos. Ressalta-se que em se tratando do município de Raposa, não foi constatada nenhuma dessas ocorrências envolvendo policiais militares no período de estudo abordado.

Gráfico 8: Homicídios de PMS no município de Paço do Lumiar



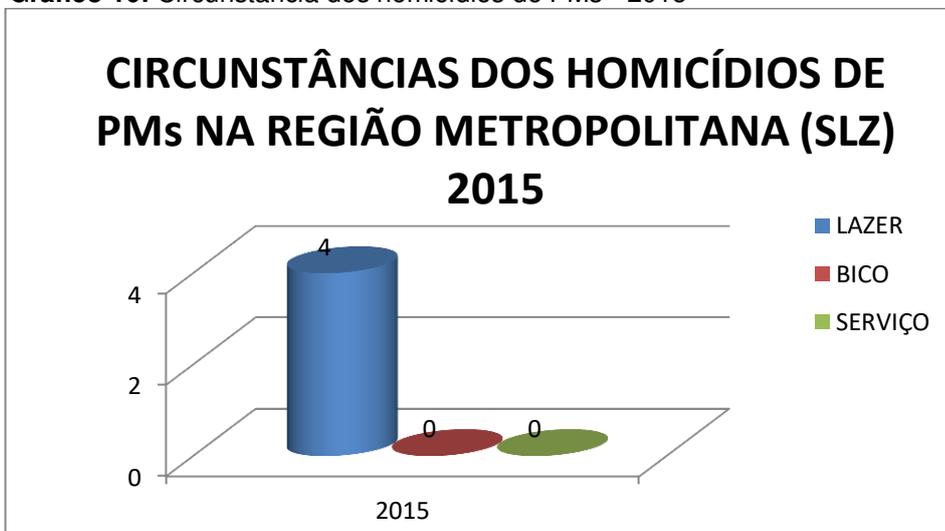
Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Acerca das circunstâncias envolvendo os homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís, foram levantadas informações sobre essas ocorrências no período de 2014 a 2016. Para tanto, decidiu-se por classificar para fins de melhor compreensão as circunstâncias em que os fatos ocorreram durante o “lazer”, durante o “bico” (serviço paralelo extra remunerado) e “em serviço” (situação de confronto). O gráfico 9 apresenta o comparativo dessas circunstâncias somente no ano de 2014 considerando-se todos esses municípios.

Gráfico 9: Circunstância dos homicídios de PMs - 2014

Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

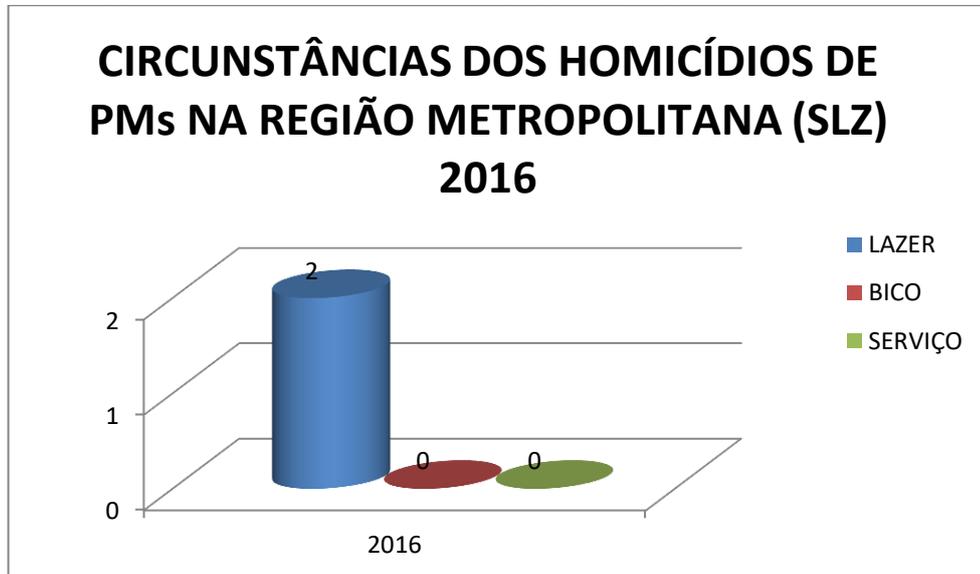
Podemos perceber que a maioria absoluta dos casos ocorreu quando os policiais estavam em sua folga, constituindo 11 casos, representando mais de 78%. Acerca disso, pode-se verificar a situação de vulnerabilidade que os policiais se encontram quando estão de folga. No ano de 2015, apesar da quantidade de casos ter diminuído consideravelmente, essa situação se repetiu quando houve um predomínio de homicídios de PMs apenas em horários de lazer, conforme demonstra o gráfico 10.

Gráfico 10: Circunstância dos homicídios de PMs - 2015

Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Abaixo podemos observar o gráfico 11 que trata ainda sobre essa mesma percepção de circunstância de homicídios de PMs no ano de 2016, onde nota-se apenas 02 (dois) casos quando os mesmos estavam em seus momentos de lazer.

Gráfico 11: Circunstância dos homicídios de PMs - 2016



Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Em geral, as informações obtidas na Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Maranhão sobre os policiais militares assassinados, foram analisadas e complementadas com as informações obtidas utilizando-se a rede de internet através de pesquisas sobre cada caso. Assim, foi possível conhecer um pouco sobre cada situação envolvendo essas ocorrências. O quadro a seguir resume os dados inerentes às circunstâncias de óbitos dos mesmos.

Quadro 1: Informações sobre homicídios de PMs – Região Metropolitana (SLZ)

ANO	POSTO/GRAD.	NOME	CIRCUNSTÂNCIA	MOTIVAÇÃO
2014	Sgt PM	Antônio César Serejo	Lazer	Execução ?
	Sd PM	Alexandre sales	Lazer	Execução ?
	3º Sgt PM	Francinaldo C. Ribeiro Santos	Bico	Reação a assalto
	Cb PM	Josilmar Moraes Lobo	Lazer	Linchamento
	3º Sgt PM	Benedito Gomes de Lima	Lazer	Caso “ROTAM” (confronto com policiais)
	ST PM	Emiliano Alves Garcez Junior	Lazer	Intervenção em assalto a padaria
	Sd PM	Clenildo Souza Gomes	Bico	Reação a assalto
	Sd PM	Fredson de Jesus Mendes	Lazer	Reação a assalto
	Cb PM	Dezivaldo Costa Dos Santos	Bico	Reação a assalto
	Sd PM	Jose David Sousa Silva Do Vale	Lazer	Reação a assalto
	Sd PM	John David Chapuy Araujo	Lazer	Reação a assalto
	2º Sgt PM	Carlos Magno Correa de Sá	Lazer	Reação a assalto
	Asp of PM	Sebastiao Luis Rocha Neto	Lazer	Reação a assalto
	1º Sgt PM	José Ribamar Prisca Da Silva	Lazer	Execução ?
2015	Sd PM	Hildes de souza barbosa	Lazer	Intervenção em assalto a ônibus
	3º Sgt PM	Nilson Cesar Castelo Branco Dos Santos	Lazer	Intervenção em assalto
	2º Ten PM	Gilvan Roque Araújo Ramos	Lazer	Discussão ? / Execução ?
	Sd PM	Max Muller Rodrigues De Carvalho	Lazer	Caso de chacina em Panaquatira
2016	2º Sgt PM	Luís Cláudio Cordeiro Baldez	Lazer	Execução
	2º Sgt PM	Francisco Das Chagas Marinho Coelho	Lazer	Execução ? / Latrocínio ?

Fonte: Adaptado da DP/PMMA (2018)

Ressalta-se que alguns motivos elencados acima, tais como “execução”, foram de certa forma objetos de suspeitas em processos de investigação, sendo passíveis de confirmação na esfera penal. E ainda, muitos desses homicídios se deram quando os policiais militares reagiram a assaltos ou decidiram intervir ao

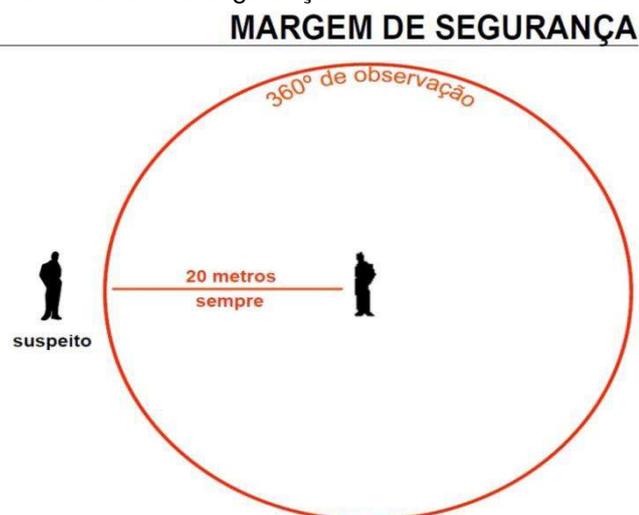
presenciarem um assalto, a maioria estando de folga, em seu horário de lazer, ou durante serviços extra remunerados paralelos (bico policial).

7.2 Proposta de Procedimento Operacional Padrão do policial frente a uma ameaça

A temática de homicídios de policiais nos remete a um processo de reflexão acerca das ações a serem desenvolvidas com vistas a reduzir ou inibir essas ocorrências. O policial militar, diante de uma possibilidade de ser surpreendido ou confrontado pode utilizar alguns recursos estratégicos geralmente aprendidos durante seu treinamento, isto a fim de evitar que a ameaça venha a se concretizar, afetando assim sua integridade física.

Acerca da segurança pessoal nas ocorrências de delitos, a prevenção constitui 90% quando, onde 5% representa reação e os outros 5% sorte. Alguns procedimentos devem ser tomados por pessoas vítimas de infratores, como por exemplo: a) observar o comportamento do infrator, as mãos (geralmente nos bolsos), os olhos (intenções ruins); b) caminhar observando tudo e todos ao redor, mantendo uma cobertura de 360º (atenção); c) manter sempre uma distância de pelo menos 20 (vinte) metros de um suspeito infrator, pois para se concretizar a ameaça, é necessário que haja uma aproximação e abordagem, conforme demonstra a Figura 3 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Figura 3: Distância de segurança



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018)

No entanto, quando o policial militar já foi surpreendido e confrontado com uma situação ameaçadora iminente, o mesmo não possui muitas escolhas, a não ser ceder à sujeição do infrator ou utilizar de recursos técnicos, táticos e materiais para debelar a ameaça, mantendo assim sua integridade física.

No campo de batalha, o policial se utiliza de todos os recursos possíveis para se defender, isso inclui em muitos casos seu preparo físico e psicológico, suas habilidades, condicionamentos com armas, técnicas, táticas e principalmente a disposição de armamentos e equipamentos adequados.

Acerca de técnica e tática policial, cabe distinguir cada uma da seguinte maneira:

Tática policial - arte de aplicar com eficácia os recursos técnicos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis, visando ao alcance de determinados objetivos. **Técnica policial** - conjunto dos métodos e processos relativos à execução da atividade policial. (MINAS GERAIS, 2010, p. 104).

Durante sua formação o policial aprende procedimentos úteis que se fazem indispensáveis diante de uma situação de confronto, sendo alguns deles aprendidos em disciplinas como “Instrução Tática Individual”, tais como:

- 1) **Análise do cenário e avaliação:** é necessário que o policial possua um senso adequado de observação e uma boa capacidade de atenção aos eventos que ocorrem ao seu redor (estado de alerta); o policial deve realizar uma “leitura de cenário”, verificando rapidamente a quantidade de infratores presentes e suas intenções e as possíveis rotas de fuga; deve avaliar a viabilidade dos riscos de apresentar uma reação frente à situação de ameaça, as probabilidades de sucesso da reação, para assim então decidir agir ou não; caso decida agir, deve realizar um breve planejamento mental sobre suas ações, aproveitando-se, por exemplo, da “janela de oportunidades”;
- 2) **Procura de um “abrigo”:** uma das primeiras ações a serem tomadas pelo policial militar frente a um confronto é a procura de um local adequado que lhe proporcione proteção momentânea contra projéteis de fogo disparados por armamentos de infratores;
- 3) **Evitar o “cone da morte”:** o policial militar não deve se posicionar em um local que dê vantagens ou viabilidades para o infrator atentar contra sua integridade física, evitando ser pego de surpresa; deve evitar estar próximo a janelas, evitar ficar

de costas a portas ou aberturas em que haja uma grande probabilidade de infratores comparsas lhe atingirem;

4) **Realizar o saque adequado do armamento:** ao decidir reagir, o policial militar deverá pensar em como irá realizar o saque do seu armamento, pois este pode ser um tipo de saque “velado” ou mesmo “dissimulado”; geralmente na situação em que o policial está de folga, ele usa trajes civis, podendo portar seu armamento rente ao corpo de diversas maneiras, sendo as mais usuais junto à região infra abdominal (próximo à crista ilíaca), ou mesmo próximo à região lombar (região sacral); além disso, a trava de segurança do seu armamento pode estar acionada ou não; por isso, é recomendado que o policial utilize usualmente uma única maneira de portar armamento nessas condições, escolhendo pela opção de estar ou não com a trava de segurança; isso facilitará o processo mental e corporal de automatização dos procedimentos, evitando assim que o policial acabe por não conseguir nem mesmo realizar o saque adequado do armamento e/ou não conseguir efetuar o tiro, devido ao não destravamento da arma em tempo hábil;

5) **Realizar os princípios do tiro policial:** sabe-se que o tiro policial é o tiro de combate ou instintivo, onde muitas vezes a visada (alça de tiro com a massa de tiro), ou o processo de respiração não serão fatores muito decisivos para uma situação de combate aproximado de cerca de 03 (três) a 07 (sete) metros; no entanto, uma ação onde o policial utiliza corretamente a empunhadura da arma, uma postura tática adequada (postura de “luta”), uma ligeira visada do alvo e acionamento rápido do gatilho são fatores eficazes no processo de acerto ao se debelar os infratores;

6) **Evitar a “visão de túnel”:** o policial militar ao realizar todas as suas ações, deve estar sempre atento a todos os infratores que se apresentarem; deve evitar focar sua visão a apenas um dos infratores (como por exemplo, aquele para o qual está repelindo os ataques de arma de fogo), observando atentamente às possíveis reações apresentadas por parte de todos, evitando ser surpreendido por ataques de terceiros;

Tomemos como exemplo algumas análises dos casos apresentados no tópico anterior sobre as circunstâncias em que policiais militares foram assassinados. Iremos abordar, por exemplo, casos em que o policial foi morto quando desempenhava um serviço paralelo extra remunerado (bico) e outros onde o mesmo se encontrava de folga do serviço policial militar.

Inicialmente, iremos abordar o caso do 3º Sgt PM Francinaldo C. Ribeiro Santos, o qual foi vitimado quando estava fazendo um bico e reagiu a um assalto:

Um sargento da Polícia Militar foi morto no início da tarde desta quarta-feira (2), no bairro do Jardim São Cristóvão, em São Luís(MA). Segundo informações, Francinaldo Costa Ribeiro Santos, lotado no 1º Batalhão de Polícia Militar, prestava serviço em um estabelecimento comercial, nas horas vagas do serviço militar, quando percebeu que havia um assalto em um estabelecimento vizinho. O Sargento tentou perseguir os bandidos, **mas foi surpreendido por outro homem em moto Honda Bros laranja, que disparou duas vezes, pelas costas do policial. (grifo nosso)** Francinaldo foi encaminhado ao hospital Socorrão II, na Cidade Operária, mas não resistiu aos ferimentos. (PORTAL DO DIA, 2014). O sargento da Polícia Militar identificado como Francinaldo Costa Ribeiro Santos, foi morto ao ser baleado quando reagiu a um assalto no bairro do São Cristóvão. O policial estava em uma loja de revenda de peças de motos e bicicletas, localizada na Avenida Lourenço Vieira da Silva, nas proximidades do Terminal de Integração do São Cristóvão. O crime ocorreu na tarde desta quarta-feira (2). Segundo informações da 5ª Seção, três homens chegaram no local para fazer o assalto e foram surpreendidos com a reação do PM que nos dias de folga trabalhava como segurança da loja. O militar, que era lotado no 1º Batalhão da Polícia Militar, foi encaminhado para o Hospital Clementino Moura, o Socorrão II, mas não resistiu aos ferimentos. A polícia ainda não tem informações sobre a autoria do crime. (BLOG LUÍS PABLO, 2014).

Podemos notar no que se depreende da leitura, é que no cenário elencado não houve uma adequada leitura de cenário pelo policial militar, além disso, pode ser que o policial tenha tido “visão de túnel”, pois pelo que foi relatado, o mesmo foi surpreendido por outro homem que estava em uma moto e lhe desferiu disparos de arma de fogo pelas costas.

Outro caso a ser levado em consideração para um processo de reflexão é o caso do Sd PM Clenildo Souza Gomes, o qual fora vitimado enquanto desempenhava um serviço de segurança em uma feira na cidade de São Luís:

Um tiroteio deixou um policial militar e dois suspeitos de assalto mortos na manhã deste domingo (14), na Feira da Liberdade, em São Luís, de acordo com informações da Polícia Militar. Morreu o soldado Clenildo Souza Gomes, de 37 anos, integrante do Grupo Tático Móvel (GTM) do 1º Batalhão da PM, e os suspeitos identificados como Caíque Victor Amorim Serra e Max Carvalho, também conhecido como "Acerola". Um terceiro suspeito, identificado como "Bruno Pretinho", está foragido. Segundo a PM, **Clenildo estava de férias e fazia bico como segurança na feira (grifo nosso)**. O soldado trabalhava em um açougue quando os dois homens chegaram para assaltar o local. **Ao perceber a presença do policial, os suspeitos teriam começado a atirar contra ele, que foi atingido e, mesmo baleado, conseguiu revidar e matar dois (grifo nosso)**. Os suspeitos morreram no local. Segundo a polícia, eles faziam parte de uma facção criminosa de São Luís. O soldado chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu a caminho do Hospital Municipal de Urgência e Emergência Clementino Moura, o Socorrão II. O PM será velado

no 1º Batalhão da PM, no bairro Outeiro da Cruz, na capital maranhense. [...] (SINAL VERDE, 2014).

A partir do relato supracitado podemos verificar o policial militar vitimado que estava trabalhando de segurança em uma atividade paralela (bico), e ao presenciar o assalto resolveu reagir, onde apesar de ter a sua vida ceifada, conseguiu revidar a injusta agressão atirando contra os infratores que atentaram contra a sua vida. Abaixo, estão algumas imagens do atentado obtidas a partir de câmeras do estabelecimento comercial que foram disseminadas para a imprensa, onde o policial militar encontra-se no corredor apontado com um círculo como mostra a imagem:

Figura 4: Assalto na Feira da Liberdade



Fonte: Sinal Verde (2014)

Figura 5: Momento dos disparos de armas de fogo



Fonte: Sinal Verde (2014)

Acerca dessa ocorrência, pode-se afirmar que houve muita proximidade dos infratores com o policial, onde os tiros foram efetuados a uma curta distância. E ainda, não havia um local adequado para que o policial militar pudesse se abrigar, pois o corredor é aparentemente estreito. Além disso, toda a ocorrência se deu em questões de menos de 30 (trinta) segundos, aonde mesmo o policial vindo a ser alvejado conseguiu repelir prontamente a ação se utilizando de um saque rápido e pronto emprego de sua arma de fogo.

A seguir, apresentaremos outros casos, do Sd PM Hildes de Souza Barbosa e do 3º Sgt PM Nilson Cesar Castelo Branco Dos Santos:

O corpo do policial militar Hildes Sousa Barbosa foi enterrado na tarde desta terça-feira (10), no Cemitério Jardim da Paz, no bairro do Maiobão, Região Metropolitana de São Luís [...]. Hildes foi baleado no último dia 19 de janeiro, durante uma tentativa de assalto a ônibus na Estrada de Ribamar, Região Metropolitana da capital. O militar, que fazia parte do Batalhão de Choque, morreu na noite dessa segunda-feira (9), após 20 dias internado no Hospital do Servidor. Hildes Sousa Barbosa era casado e tinha uma filha de apenas oito meses. [...] Hildes Barbosa foi baleado durante uma tentativa de assalto contra um ônibus que fazia a linha Rio Grande, na Estrada de Ribamar (MA-201), que liga os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar a São Luís. Três homens armados entraram no coletivo no Terminal de Integração da Cohab e quando o veículo passava na entrada da Maiobinha, trecho da MA-201 que conta com pouca iluminação, o trio anunciou o assalto. Houve pânico dentro do ônibus, seguido de troca de tiros entre assaltantes e o PM, que estava à paisana. No tiroteio um dos assaltantes, um jovem de 17 anos, foi atingido por um tiro na cabeça. Os outros dois assaltantes fugiram sem levar nada. O policial e o cobrador do ônibus acabaram feridos. (G1, MARANHÃO, 2015a). Um sargento da Polícia Militar morreu após ser baleado por dois homens, na Rua 4 do Recanto Turu, região do Parque Vitória, em São Luís, na noite desta quinta-feira (30). Ele foi identificado como Nilson César Castelo Branco e era lotado no 8º Batalhão da PM. Segundo informações da PM, o policial passava pelo local quando flagrou a ação dos assaltantes contra um estabelecimento comercial e tentou intervir. Ele teria dado voz de prisão, mas os homens resistiram e atiraram contra o militar. Na troca de tiros, o suspeito que conduzia a moto foi alvejado. O assaltante que estava na garupa conseguiu acertar o policial. (G1, MARANHÃO, 2015b).

A figura 6 mostra o momento em que teve início o cortejo fúnebre do Soldado Hildes, o qual veio a óbito após inúmeros dias internado por motivo de ter sido alvejado por arma de fogo em intervenção a assalto a ônibus:

Figura 6: Cortejo fúnebre



Fonte: G1, Maranhão (2015)

A partir desses relatos podemos inferir que, no primeiro caso apresentado referente ao Sd Hildes, houve uma tentativa de assalto ao ônibus em que o mesmo estava, onde foram identificados 03 (três) infratores de posse de arma de fogo, havendo reação por parte do policial militar que culminou nas lesões do próprio policial, do cobrador de ônibus e de um dos infratores. Acerca disso, é necessário fazer uma reflexão sobre a viabilidade de reação por parte do policial militar, pois é necessário inferir se os riscos advindos da ação podem ser superados pelos resultados, haja vista que em um ônibus coletivo geralmente há terceiros que podem vir a sofrer as consequências do atentado.

Na outra situação referente ao sargento Nilson César Castelo Branco dos Santos, inferimos também sobre o processo de reflexão acerca da validade de risco citada, pois partindo da premissa de que o policial estava também de folga, devem-se analisar com critério os riscos da sua ação com relação às possibilidades de resultados exitosos, pois o recomendado é que o policial reaja quando as circunstâncias forem favoráveis. Nos dois casos mencionados os policiais estavam de folga, sozinhos, sem equipamentos de proteção individual (coletes balísticos) e em número menor do que os infratores.

A seguir será apresentado um caso bastante conhecido na região metropolitana de São Luís, uma chacina que ocorreu em Panaquatira, que vitimou, dentre outros, o Sd PM Max Muller Rodrigues de Carvalho:

Cinco pessoas morreram e três ficaram feridas durante um assalto realizado, no fim da noite de sábado (23), a uma casa no residencial Ponta Verde em Panaquatira, orla do município de São José de Ribamar, região metropolitana de São Luís. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), um soldado do 6º Batalhão da Polícia Militar identificado como Max Muller Rodrigues de Carvalho está entre as vítimas fatais. Ainda de acordo com a SSP, **seis homens armados cercaram e invadiram a casa de praia. O policial reagiu ao assalto e conseguiu baleiar um dos criminosos que morreu no local. Max também foi alvejado e morto por outro suspeito. Ele estava de folga aproveitando o fim de semana com familiares e amigos (grifo nosso)**. Nesse momento, um dos assaltantes identificado como Nal de Panaquatira se descontrolou ao ver o comparsa morto e começou a atirar contra as pessoas que participavam da festa, diz a polícia. Cinco pessoas foram alvejadas, inclusive o irmão do PM, Eric Rodrigues de Carvalho, que estava no local. Na sequência os bandidos fugiram levando a pistola .40 do policial assassinado. [...] O corpo do policial militar Max Muller Rodrigues de Carvalho foi enterrado na manhã desta segunda-feira (25), no Cemitério Jardim da Paz, em São José de Ribamar. [...] O secretário de Segurança Pública do Maranhão Jefferson Portela afirmou que os suspeitos [...] são responsáveis pelos constantes assaltos na área e chegaram a se intitular “Piratas de Panaquatira”. Segundo ele, informações preliminares dão conta de que a troca de tiros foi apenas entre o PM e os criminosos, mas, quando os assaltantes viram o líder do bando sendo abatido no confronto, decidiram executar as outras pessoas que estavam na festa. **O secretário ainda falou sobre a reação do policial no momento do assalto. “Nós devemos sempre, como agentes públicos de segurança, evitar o confronto onde a gente não possa ter uma garantia de supremacia da força estatal sobre a força marginal. A orientação é essa, a reação da gente deve ser pautada na possibilidade de domínio e não numa possibilidade de risco. Se for de risco, o certo é evitar, deixar para fazer a perseguição policial e captura depois. Não devemos expor nossa própria vida e nem a de terceiros em confronto que possa ser evitado” (grifo nosso)**, defende o secretário da SSP. Jefferson disse, ainda, que a polícia já estava realizando ações para tentar capturá-los. “Nós já vínhamos desenvolvendo ações na parte de cada praia devido à ação deles. Agora, em outro extremo, eles foram à Ponta Verde e cometeram essa barbárie, essa chacina. Estou me manifestando como cidadão e como chefe do sistema de segurança do Maranhão: a liberdade deles põe em risco a vida de pessoas, o que devemos impedir”, disse. (G1, MARANHÃO, 2015c).

Como demonstrado, foi dito pelo próprio Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão que a reação policial deve ser pautada em uma análise dos riscos, onde se deve verificar se é mais viável evitar o confronto (acionando os órgãos policiais de apoio) ou apresentar uma reação contra as ações dos infratores. Nesse caso apresentado, o soldado estava em desvantagem numérica, sem apoio de outros policiais e sem proteção balística, além disso, somente ele estava armado, e ainda, havia terceiros que foram vitimados em detrimento das ações de combate do policial contra os infratores.

A partir dessas reflexões, este tópico propõe para a Polícia Militar do Maranhão, através de seus gestores e especialistas na área, que seja criado um procedimento operacional padrão a ser aprendido, treinado rotineiramente e adotado por todos os policiais, a fim de contribuir para sua formação crítica diante de uma

situação de ameaça, em que o mesmo seja capaz de decidir qual ação tomar e de forma a realizar os procedimentos técnicos e táticos de maneira eficaz.

7.3 Proposta de disciplina “Sobrevivência Policial” nos cursos de formação

A formação do policial deve prepara-lo para enfrentar o cotidiano de combate do crime e suas formas de atuação. Para isso, o policial deve estar apto a reagir de forma satisfatória em situações adversas que exijam resposta rápida. E nesse momento é necessário o uso de habilidades técnicas e táticas que possibilitem uma atuação exitosa e com menos risco físico. Isso só se deverá ao condicionamento que o policial adquiriu em seu treinamento policial militar e sua experiência no decorrer de suas atividades em campo.

O policial que é surpreendido em um combate físico, colocando em risco sua vida, deverá estar apto a realizar procedimentos aprendidos durante a sua formação, como uma leitura de cenário adequada, observação com riqueza de detalhes, procura de abrigos para se proteger, tomada de uma postura tática, planejamento, tomada de decisões e execução rápida de ações, controle emocional, ação cautelosa, resposta rápida direcionada, dentre outros. Isso não é obtido de uma hora para outra, mas sim fruto de árduos treinamentos realizados continuamente e qualitativamente no decorrer de sua vida profissional.

Silva (2015) em sua pesquisa na grande São Luís sobre a vitimização do policial frente às facções criminosas, aduziu que dentre as circunstâncias em que foram mortos policiais militares, podem-se citar aqueles que já haviam sido ameaçados de morte; os que foram vítimas de combates contra integrantes de facções criminosas; os que não apresentaram um treinamento adequado para reagir às situações adversas; e os que estavam exercendo atividade profissional paralela (bico). A autora afirma ainda que:

[...] Outro problema, é a falta de treinamento da tropa, principalmente nos batalhões convencionais. A maioria dos policiais passa um bom tempo sem ter instruções de tiro, perdendo assim o condicionamento no uso da arma de fogo [...] (SILVA, 2015, p. 78).

Acerca da capacitação, faz-se necessário um maior investimento no treinamento do policial, pois conforme afirma Bittner (2003, p. 136) “o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções

tenham a possibilidade de exigir uso da força”. Ao refletir sobre isso o autor entende que essa profissão remete ao risco, violência, perigo, incerteza, desespero, exigindo certo conhecimento e habilidade para usar a força se e quando necessário.

Em sua pesquisa sobre a formação de policiais, Marion (1998) demonstrou que a duração dos treinamentos policiais possui um tempo diferenciado de um Estado para outro, havendo cursos com carga horária de 650, 400, 800 horas/aulas, variando de um treinamento básico para treinamentos mais aperfeiçoados, estes últimos desempenhados por cadetes. E, além disso, identificou que os instrutores escolhidos para lecionar passam por uma seleção baseada em seu grau de conhecimento, habilidades e outras características pessoais que influenciam no planejamento de suas aulas e didáticas de ensino, tais como, confiança, camaradagem e maturidade.

Conforme Trautman (1986) em sua pesquisa há três tipologias de aprendizados essenciais que devem ser efetivadas durante o treinamento do policial para que o mesmo tenha uma formação de qualidade: o primeiro deles é a **aquisição de conhecimentos** (*Knowledge learning*), o segundo é o **desenvolvimento de habilidades** (*skill learning*) e o terceiro a **aprendizagem comportamental** (*attitude learning*). Marion (1998) asseverou com base nisso que a primeira tipologia apresentada por Trautman (1986) corresponde à maior parte do conteúdo estudado durante a formação do policial, se constituindo de conhecimentos teóricos necessários para a atuação do mesmo quando no desempenho da sua função policial.

Trautman (1986) afirmou que no segundo tipo, para se desenvolver habilidades, é necessária uma repetição de movimentos até um nível de automatização ou realização natural pelos alunos. Para se conseguir isso muitas vezes são realizados exercícios práticos e simulados com disciplinas práticas que envolvem diretamente a atividade fim: tiro policial, educação física, defesa pessoal, comunicação, emprego de armas químicas, primeiros socorros, dentre outros. A terceira tipologia identificada pelo autor é a aprendizagem comportamental. Conforme afirma Marion (1998), é nesse momento que há um direcionamento do aluno para como este deve se portar em serviço e na sociedade e lidar com as situações mais adversas possíveis.

Em estudo exploratório realizado no Rio de Janeiro sobre a formação do policial militar, Pereira Basílio (2010) identificou pontos críticos no treinamento

desses agentes, tais como a utilização destes em atividades como serviços de limpeza e manutenção de equipamentos, pinturas de quartéis, policiamentos de futebol e praias, servindo para suprir a falta de profissionais específicos para essa finalidade. Além disso, o autor concluiu pela fala dos participantes da pesquisa que a formação desses policiais é precária em determinadas disciplinas que envolvem direito penal e constitucional, manuseios e utilização de armamentos, abordagem policial, dentre outros. Esses fatores evidenciam policiais despreparados para lidar com a situação que os espera após sua formação. Isso indica muitas vezes que a própria instituição policial militar está mais preocupada com a quantidade do que com a qualidade dessa formação.

O que se pode concluir sobre o treinamento policial é que deve ser realizado visando à qualidade dos serviços que serão desempenhados, e que para isso é necessário interesse da instituição em capacitar os instrutores, mudar práticas em desacordo com esse objetivo, proporcionar os recursos materiais necessários e o tempo adequado para a construção do aprendizado. Além disso, deve haver uma demanda maior de investimento governamental com vistas ao mesmo objetivo. Isso contribui para tornar o policial preparado para lidar com o combate à criminalidade, reduzindo seus índices e tendo maior autoconfiança e habilidades técnicas para se defender, diminuindo em consequência sua taxa de mortalidade e cumprindo ao mesmo tempo seu papel constitucional.

Durante sua formação, o policial militar passa por disciplinas teóricas e práticas a fim de lhe capacitar a desempenhar seu papel da melhor maneira possível. Apreende conhecimentos gerais inerentes à atividade policial envolvendo principalmente aspectos éticos e legais da sua ação, com destaque para as disciplinas que abrangem as diversas legislações que regem nosso país.

Em contraposição, passa por disciplinas específicas da sua atividade profissional que envolve, por exemplo, defesa pessoal, manuseios e utilização de armamentos diversos (letais e menos que letais). No entanto, seu aprendizado leva em conta basicamente a atuação do policial militar em serviço propriamente dito, onde o mesmo esteja fardado, armado e equipado e compondo uma guarnição. Por isso, as técnicas e táticas aprendidas levam em conta esse critério.

Levando em consideração que os policiais militares são passíveis de serem vitimados na maioria das vezes quando os mesmos estão de folga, faz-se necessário a criação de disciplinas próprias que os capacitem a debelar a situação

ameaçadora nessas condições, em que os mesmos estejam sozinhos, usando trajes civis, sem proteção balística, dentre outros, caracterizando uma situação de cotidiano.

É justamente nesse viés que propomos uma disciplina de “Sobrevivência Policial” nos cursos de formação de policiais militares da Polícia Militar do Maranhão, a fim de treinar o policial a reagir em situações adversas quando o mesmo encontra-se basicamente nos horários de folga, geralmente sem proteção balística e sem apoio de outros policiais.

Em sua pesquisa, Silva (2015) constatou que acerca do treinamento policial militar para atividade fim, 87% dos entrevistados afirmaram não receber treinamento suficiente de sua organização para portar e utilizar uma arma de fogo, ou mesmo receber eventualmente. E ainda, cerca de 90% afirmaram não possuir regularidade de treinamento de tiro. Acerca disso podemos citar o que diz Campos (2010, p. 33):

O policial deve estar apto à utilização de seu armamento e equipamento, sejam individuais ou coletivos. Não é difícil, em nosso meio, detectarmos policiais que passam por curso de formação, porém, sem deterem conhecimento mínimo para utilizar sua arma de fogo em serviço. A superioridade em armamento e equipamento é um dos itens mais importantes para o sucesso de uma ação policial.

Cabe ressaltar que atualmente na PMMA estão sendo implementados cursos de “Sobrevivência Policial” para alguns policiais, de maneira gradativa. No ano de 2018, especificamente no mês de outubro, foi divulgado o calendário anual de cursos a serem ofertados pela Diretoria de Ensino da PMMA para o ano posterior. Nele consta a oferta do “II Curso de Sobrevivência Policial” pela Academia de Polícia Militar “Gonçalves Dias”, modalidade presencial, onde disponibilizará 23 (vinte e três) vagas para as praças da polícia militar, a ser realizado no período de 21 a 23 de fevereiro de 2019. Além disso, o mesmo curso será ofertado pelo 34º BPM (Batalhão de Polícia Militar) na cidade de Amarante no período de 10 a 12 de abril do mesmo ano, com 05 (cinco) vagas para oficiais e 35 (trinta e cinco) para as praças da instituição, conforme Anexo C (Calendário anual de ensino-aprendizagem PMMA). Geralmente as inscrições para esses cursos são realizadas segundo voluntariedade. A carga horária desses cursos compreende 30 (trinta) horas, divididas durante 03 (três) dias, onde seus principais conteúdos abrangem:

planejamento e antecipação do confronto; fundamentos técnicos de sobrevivência policial; e técnicas de sobrevivência em situação de risco, conforme Anexo B (Projeto de Curso de Sobrevivência Policial).

No entanto, o que se propõe a partir desta pesquisa é a implementação desse curso como uma disciplina também das grades curriculares dos cursos de formação de policiais militares, seja no Curso de Formação de Soldados (CFSd) e Curso de Formação de Oficiais (CFO). E um posterior treinamento contínuo nos cursos de educação continuada.

Outras alternativas que contribuem para a prevenção e assistência aos policiais militares no que tange ao processo de vitimização envolvendo ameaças e homicídios dos mesmos, estão descritas conforme relata Silva (2015), onde, ao entrevistar policiais militares constatou que muitos relataram formas em que a organização policial militar poderia atuar de maneira a amenizar as situações de risco em que os policiais são expostos, tais como: a valorização do policial militar (principalmente em questões salariais); o investimento em treinamentos, armamentos e viaturas blindadas; combate à impunidade; mudanças de rotinas dos policiais a fim de dificultar as ações atentatórias de criminosos; criação de uma seção especializada na Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE) da PMMA para acompanhar os casos de policiais militares ameaçados e criação de uma seção especializada no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) da PMMA para proporcionar acompanhamento psicológico a esse público.

Além disso, é importante frisar que existem legislações, embora escassas, que dão uma atenção maior aos integrantes da Segurança Pública e seus familiares. Podemos citar a Lei nº 13.142/2015, sancionada em 06 de julho de 2015, a qual aumenta as penas de homicídios e lesão corporal contra bombeiros e policiais militares, além dos integrantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e outros do sistema prisional brasileiro e Força Nacional. (NADER, 2014). Essa Lei altera os arts. 121 (crime de homicídio) e 129 (crime de lesão corporal) do Decreto-Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 1º da Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), estabelecendo o seguinte:

Art. 1º O § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII: "Art. 121. § 2º. VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da

Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.” [...] (NR). Art. 2º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 12: “Art. 129. § 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços.” (NR). Art. 3º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º. I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII); I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, §2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, §3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;.” [...] (NR). Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2015, p. 1).

Assim, essa Lei em epígrafe transforma os crimes de homicídio, lesão corporal gravíssima e lesão corporal seguida de morte, cometidos contra os policiais militares e outros agentes, em crimes hediondos. Dessa forma, o que resulta é que um crime classificado como hediondo possui algumas peculiaridades como: “[...] Art. 2º Os crimes hediondos [...] são insuscetíveis de: I - anistia, graça e indulto;” (BRASIL, 1990).

A criminalidade afeta toda a sociedade, desde o cidadão comum até o agente de segurança pública, pois o policial militar é aquele que trabalha para garantir a segurança do bem mais valioso do cidadão, a vida, e desta forma, deve ser preparado da melhor maneira possível para lidar com ocorrências adversas no seu cotidiano de trabalho. Cabe ressaltar ainda que as caminhadas em protesto contra a violência, em prol da paz social estão cada vez mais frequentes. O governo deve investir mais em recursos que aperfeiçoem o serviço desempenhado pelo policial militar, investindo, por exemplo, em viaturas blindadas (SILVA, 2015).

8 CONCLUSÃO

A mortalidade policial militar é uma realidade brasileira vivenciada diariamente e representa um fator alarmante de aumento de criminalidade. Dentre os fatores que contribuem para a ocorrência desse fenômeno estão o policial que sofre ameaças, o desempenho de trabalhos extras (bicos), o confronto do policial durante o serviço ou no seu horário de lazer. A pesquisa realizada mostrou que a maioria dos homicídios de policiais militares da região metropolitana de São Luís se deu na própria capital do Estado do Maranhão de forma predominante no ano de 2014 e em sua maioria quando estavam de folga. Dentre os fatores relacionados estavam as intervenções ou reações policiais a tentativas de assaltos, os policiais vítimas de possíveis execuções, dentre outros. A partir disso foram propostas algumas ações para a instituição PMMA, tais como: a elaboração de procedimentos operacionais a serem utilizados por policiais frente a uma situação de ameaça e a inclusão de uma disciplina de “Sobrevivência Policial” nos cursos de formação policial regulares.

Constatamos ainda, a partir da análise dos resultados obtidos nesta pesquisa, que não houve homicídios de policiais militares durante o serviço, mas sim em sua maioria durante as folgas, ou de forma minoritária no desempenho de bicos policiais. Tais fatos nos trazem a reflexão acerca do serviço policial militar quanto à sua periculosidade, ou seja, quanto a ser uma profissão de risco. Verificamos então que trabalhar na polícia militar não constitui necessariamente um grande risco enquanto no desempenho do serviço de policiamento ostensivo, pois não foram verificadas circunstâncias de homicídios dos policiais durante os serviços. No entanto, nas folgas é que ocorreram a maioria desses fenômenos, e isso pode ter inúmeros fatores relacionados às causas, onde muitos perpassam pela conduta do próprio policial militar durante seu momento de folga. Isto decorre porque o modo de pensar e agir do policial são nortes para sua conduta, se vai, por exemplo, decidir frequentar ou não lugares impróprios, sair em horários inadequados, portar ou não arma de fogo, decidir intervir ou não ao presenciar infrações penais, ou mesmo reagir ao ser vítima delas.

Além disso, os resultados da pesquisa mostraram que o número dos homicídios de policiais militares na região metropolitana de São Luís no período de 2014 a 2016 diminuíram significativamente a um número próximo à zero de

ocorrências. Isso se deu em decorrência das inúmeras ações desenvolvidas pela própria instituição PMMA e outros órgãos do Sistema de Segurança Pública de combater a criminalidade, investir, de forma gradativa e progressiva, na qualificação de seus agentes, além de proporcionar alguns meios básicos de assistência aos policiais, como por exemplo, desempenhando ações de vigilância aos policiais militares ameaçados e proporcionando a cautela de armas de fogo à quase totalidade do efetivo para que os mesmos possam utilizar caso sejam deparados com alguma situação adversa de ameaça à sua integridade física.

Desta forma, foi possível refletir acerca de quão valiosos são os conhecimentos que o policial militar requer para preservar sua vida em meio às adversidades. Tais conhecimentos somente são obtidos e aperfeiçoados mediante prática constante. Por isso, destacamos a educação continuada como um recurso estratégico de prevenção às ocorrências envolvendo homicídios de policiais militares.

REFERÊNCIAS

ABIN, Agência Brasileira de Inteligência. **Inteligência e Contraineligência**. Gabinete de Segurança Institucional. Brasília: Distrito Federal, 2018. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/>> Acesso em: 13.out.2018.

ARAÚJO, Raimundo Teixeira de. **Manual de conhecimento estratégico**. Maranhão: São Luís, 2018.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo:Universidade de São Paulo, 2003.

BLOG LUÍS PABLO. **Policial militar é morto após reagir a assalto no bairro do São Cristóvão**. 2014. Disponível em: <<https://luispablo.com.br/crime/2014/04/policial-militar-e-morto-apos-reagir-a-assalto-no-bairro-sao-cristovao/>> Acesso em: 10.out.2018.

BRASIL. Decreto nº 57.272, de 16 de novembro de 1965. Define a conceituação de Acidente em Serviço e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D57272.htm> Acesso em: 13.out.2018.

_____. Decreto-lei Federal nº 88.777 de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 12.set.2018.

_____. Lei nº8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm> Acesso em: 13.out.2018.

_____. Código Penal. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, 454 p.

_____. Lei nº 13.142, de 6 de julho de 2015. Altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos). Disponível em: <http://www.planalt.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/Lei/L13142.htm>. Acesso em: 12.set.2018.

CAMPOS, Alexandre Flexa. A importância da preparação do policial quanto ao uso da força letal. REBESP, Goiânia, n.1, v.1, 2010.

DE LIMA, Renato Sérgio; *et al.* **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. São Paulo: Contexto, 2006.

DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em: 30.maio.2018.

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. 2018. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16335/Vitimizacao_Policial_Analise_das_Mortes_Violentas_Sofridas_por_Integrantes_da_Policia_Militar_d o_Estado_de_Sao_Paulo.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16335/Vitimizacao_Policial_Analise_das_Mortes_Violentas_Sofridas_por_Integrantes_da_Policia_Militar_do_Estado_de_Sao_Paulo.pdf)> Acesso em: 13.out.2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf> Acesso em: 13.out.2018.

G1, FANTÁSTICO. **Saiba em que estados a polícia mais morre e em quais mais mata no Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/saiba-em-que-estados-policia-mais-morre-e-em-queis-mais-mata-no-brasil.html>> Acesso em: 13.out.2018.

G1, GLOBO. **Um PM foi morto a cada seis dias no primeiro bimestre em 2016 em SP**. Edição Paulo Toledo Piza e Kleber Tomaz, março, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/um-pm-foi-morto-cada-seis-dias-no-primeiro-bimestre-de-2016-em-sp.html>> Acesso em: 30.maio.2017.

G1, MARANHÃO. **Dor e revolta marcam velório de policial assassinado em São Luís**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/11/dor-e-revolta-marcam-velorio-de-policial-assassinado-em-sao-luis.html>>. Acesso em: 12.set.2018.

G1, MARANHÃO. **Corpo de policial assassinado é enterrado em São Luís**. 2015a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/02/corpo-de-policial-assassinado-e-enterrado-em-sao-luis.html>> Acesso em: 10.out.2018.

G1, MARANHÃO. **Sargento da PM é morto em troca de tiros no Recanto Turu**. 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/04/sargento-da-pm-e-morto-em-troca-de-tiros-no-recanto-turu.html>> Acesso em: 10.out.2018.

G1, MARANHÃO. **Troca de tiros entre PM e suspeitos pode ter causado chacina, diz Portela**. 2015c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/05/troca-de-tiros-entre-pm-e-suspeitos-pode-ter-causado-chacina-diz-portela.html>> Acesso em: 10.out.2018.

G1, RIO DE JANEIRO. **100 PMs assassinados: média é a maior em mais de 10 anos no RJ**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/100-pms-assassinados-media-e-a-maior-em-mais-de-10-anos-no-rj.ghtml>> Acesso em: 13.out.2018.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: RT, 1997.

GRANCURSOS, Online. **Concurso PMMA: saiu o resultado final da prova objetiva**. 2016. Disponível em: <<https://blog.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2016/08/pmma-.jpg>> Acesso em: 13.out.2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 09.out.2018.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Atualização Cartográfica dos Municípios do Estado do Maranhão. Nota Técnica nº01/2017**. Estado do Maranhão, Secretaria de Planejamento e Orçamento. 2017. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/NOTA_TÉCNICA__01_2017_Região_da_Grande_Ilha.pdf> Acesso em: 09.out.2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de Direito Administrativo**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARANHÃO. Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015. Dispõe sobre a instituição e gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís e revoga as Leis Complementares Estaduais nº038 de 12 de janeiro de 1998, nº069 de 23 de dezembro de 2003, nº153 de 10 de abril de 2013, nº161 de 03 de dezembro de 2013 e as demais disposições em contrário. 2015a. Disponível em: <<http://fnem brasil.org/wp-content/uploads/2017/10/RM-SAO-LUIS-LEI-174-REGIAO-METROPOLITANA.pdf>>. Acesso em: 09.out.2018.

_____. **História da Polícia Militar do Maranhão**. São Luís, 2015b. Disponível em: <<http://www.pm.ma.gov.br/index.php/historia>>. Acesso em: 12.set.2018.

MARION, Nancy. Police academy training: are we teaching recruits what they need to know?. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**. Vol. 21 n.1. 1998, p. 54-79.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Intervenção policial, uso de força e verbalização**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 7: 110-117, 2013.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**, Atlas. São Paulo, 1993.

NADER, Lúcia. **Inaceitável, ilegal e ineficiente**: as falências do sistema prisional brasileiro. São Luís: EdUFMA, 2014.

O GLOBO. **Violência em números: Rio é o Estado onde morrem mais policiais**. Edição Antônio Werneck, março, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/violencia-em-numeros-rio-o-estado-onde-morrem-mais-policiais-21102231>> Acesso em: 30.maio.2017.

PEREIRA BASILIO, Marcio. **O desafio da formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Modelo Reativo e o Contingencial**. *Administración & Desarrollo*, v. 38, n. 52, 2010, p. 71-96.

PORTAL DO DIA. **Policial é morto a tiros no Jardim São Cristóvão**. 2014. Disponível em: < <https://www.portalodia.com/municipios/coelho-neto-ma/policial-e-morto-a-tiros-no-jardim-sao-cristovao-200010.html>> Acesso em: 10.out.2018.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Tradução de Jacy Cárdua Ghirottii e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques.

REIS, Thiago. **68% dos policiais do país dizem ter colegas assassinados fora de serviço**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/68-dos-policiais-do-pais-dizem-ter-colegas-assassinados-fora-de-servico.html>> Acesso em: 12.set.2018.

SANCHEZ, Alba Idaly Muñoz; BERTOLOZZI, Maria Rita. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2007, v. 12, n.2, p. 319-324.

SILVA, Aline Meyreellen Melo Ferreira da. **A Vulnerabilidade do Policial Militar frente às facções criminosas: uma análise do risco e da vitimização dos policiais na grande São Luís**. (Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís), 2015.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. ISSN 0102-6801. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>> Acesso em: 10.mai.2018.

SPUTNIK. **Estatística nefasta: 70 policiais mortos no Rio em 2018.** 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018073011834741-estatistica-policial-morto-rio-assassinato/>> Acesso em: 13.out.2018.

TERRA. **Polícia brasileira mata e morre mais do que em outros países.** Edição Rafael Geyger, dezembro, 2014. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/policia-brasileira-mata-e-morre-mais-do-que-em-outros-paises,9828b860e660a410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>> Acesso em: 30.maio.2017.

TRAUTMAN, N.E. **Law enforcement training: a comprehensive guide for the development of effective law enforcement training programs.** IL, EUA, Charles C. Thomas, Publisher, Springfield, 1986.

UOL. **Em uma década, 8 em cada 10 PMs assassinados em SP estavam fora de serviço.** 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/22/em-10-anos-77-dos-pms-mortos-em-sp-nao-estavam-em-servico.htm>> Acesso em: 13.out.2018.

ANEXO A – Ofício para a Diretoria de Pessoal



ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
 POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
 DIRETORIA DE ENSINO
 ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS
 “Escola de Comandantes, Celeiro de Líderes”
 Criada pela Lei Estadual (MA) nº 5.657 de 26/04/1993
 Conveniada a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA desde Abril/1993
 Unidade de Ensino Superior através da Medida Provisória (MA) nº 122 de 19/04/2012.

São Luís, 03 de setembro de 2018.

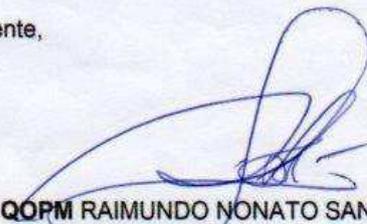
Ofício nº 235/2018 – CA/APMGD

Do Cel QOPM Comandante da APMGD
 Ao Cel QOPM Diretor de Pessoal
 Assunto: Apresentação de Praça Especial

Apresento a Cadete PM 12/15 Jessyca Priscila da Silva Almeida, aluna do IV ano do Curso de Formação de Oficiais PM, a este Centro, para que a mesma possa realizar pesquisa de campo nesta diretoria, referente ao seu trabalho monográfico para conclusão de curso, que tem como tema: “A PRODUÇÃO DA (DES)INFORMAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA: Análise circunstancial dos homicídios de policiais militares na Região Metropolitana de São Luís no intervalo de 2014 a 2016”, a ser realizada pela presente em datas oportunas durante o segundo semestre letivo de 2018.

Atenciosamente,

Recebido
 em 17.10.18
 Célia


 CEL QOPM RAIMUNDO NONATO SANTOS SÁ
 Comandante da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias

ANEXO B – Projeto de Curso de Sobrevivência Policial

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA ENSINO**

PROJETO DE CURSO

CURSO DE SOBREVIVÊNCIA POLICIAL

Autores:

MAJ QOPM RG: 13930 PMMA ONILDO OSMAR DE SAMPAIO JUNIOR

2º TEN QOPM RG: 16598 PMMA FRANCISCO JOSÉ CUNHA DOS SANTOS JÚNIOR

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE: PMMA (APMGD)

São Luis, 09 de Fevereiro de 2018

1

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA ENSINO**

1. INTRODUÇÃO

A complexidade das ocorrências policiais exige a cada dia a formação continuada daqueles que trabalham na preservação da ordem pública, precipuamente no que tange a técnica de tiro de sobrevivência Policial.

Isso porque, conforme dados do FBI - Polícia Federal dos EUA, estudos mostram que nas academias de polícia, 70% dos alunos nunca tiveram qualquer contato anterior com armas de fogo e mesmo depois de formados não tiveram treinamento adequado para o uso dessas armas em situação de alto risco, em especial quando estão de folga.

Sendo que a ausência dessa capacitação, abalizada na sobrevivência policial, resulta numa série de desdobramentos apontados nas estatísticas americanas, dando conta que em 60% dos casos de mortes de policiais, eles estavam tão despreparados para a situação que, sequer, conseguiram sacar suas armas quando foram mortos; já 27% atiraram de volta e somente 13% atingiram ou incapacitaram seu oponente.

Por seu turno, essa realidade não difere da que vivemos no Brasil, no entanto o nosso país detém uma peculiaridade inquietante em relação as circunstâncias que ocorrem à morte desses policiais. Eis que, os dados assinalam que os óbitos acontecem, em sua grande maioria, na folga dos policiais, quando estão sozinhos e despreparados, consoante dados divulgados no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado em São Paulo pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que registrou em 2016 o numero de 453 policiais mortos no Brasil, vejamos:

Assim, de acordo com o estudo apresentado no referido encontro, a taxa de policiais mortos fora de serviço no Brasil, é cerca de três vezes maior do que estando de serviço.

No Estado do Maranhão esses números se apresentam de forma similar, sendo que em 2015 foram registrados 06 casos de morte de policiais fora de serviço e em 2016, 08 registros.

Por isso, entende-se que o policial militar precisa, por intermédio de cursos de capacitação, conhecer e aperfeiçoar técnicas que lhes proporcionem a sobrevivência diante de investidas realizadas por criminosos, que em vários casos estão em vantagem numérica ou portando armamento de grande poder de fogo.

Não se pode esquecer que essa capacitação também possibilitará que os policiais possam realizar intervenções em ocorrências de crime com uso de arma de fogo, de forma segura e efetiva, minimizando os riscos a sua integridade física e a de terceiros.

Em suma, acredita-se que o treinamento de situação similar ao problema de momento, ficará gravado no inconsciente desses policiais, oportunizando uma resposta com reflexos condicionados de forma a elidir possíveis tragédias.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

É cediço que tivemos o recrudescimento da violência contra Policiais Militares fora da atividade de serviço, culminando com morte de vários desses profissionais, haja vista que ao reagir, geralmente o fazem sem uso de técnica capaz de garantir a segurança adequada em situação de alto risco.

Isso ocorre porque o policial sob pressão repele a agressão armada de acordo com aquilo que foi treinado. Logo, diante da ausência desse treinamento, não há registro no seu subconsciente dos procedimentos a serem adotados diante de uma situação real, daí a necessidade da capacitação visando a aumentar a proficiência do policial no caso de uma ocorrência inesperada.

Sucedo que a Polícia Militar do Maranhão, muito embora tenha envidado grandes esforços no sentido de proporcionar uma boa formação aos seus policiais, tem olvidado, na grade curricular de seus cursos de formação, disciplinas direcionadas a defesa individual do policial em confronto armado.

De outra sorte, o ensino tradicional de instrução de tiro assim como o método "gibaldi" não têm se revelado suficiente para evitar a perda da vida de vários policiais militares, notadamente durante sua folga, quando estão em seu momento de lazer ou realizando outra atividade laboral visando à complementação da renda familiar.

Tal situação se deve ao fato das referidas instruções se mostrarem inadequadas e, sobretudo, deficitárias: seja pela falta de meios suficientes que oportunizem uma boa pericia no uso da arma de fogo; seja pelo fato das instruções lecionadas não contemplarem técnicas de sobrevivência policial.

Quer isto dizer que, em regra, não é dado enfoque no aprendizado de técnicas de tiro em situação de risco, optando-se pelo método tradicional de ensino, que prioriza o tiro em posições estáticas e de defesa táticas de grupo, em detrimento a defesa individual, com vestimentas civis e em ambientes diversos dos do estande de tiro.

Assim, tendo em conta que essas limitações na formação estão engendrando estatísticas desastrosas para corporação, torna-se imprescindível a implementação desse projeto, objetivando a redução de óbitos de policiais militares em ocorrências de alto risco.

3. PROPOSTA DE SOLUÇÃO

A solução proposta está no processo de ensino-aprendizagem de forma continuada proporcionada aos Policiais Militares do Maranhão através da realização do CURSO DE SOBREVIVÊNCIA POLICIAL, que se realizará como projeto piloto nos batalhões da capital

ou interior, obedecendo à ordem de planejamento.

Espera-se do policial militar que ao necessitar fazer uso da arma de fogo estando de folga, utilize-a de forma efetiva observando os princípios de autodefesa, a saber: estado de alerta, preparo mental e capacidade de reação.

4. OBJETIVO

Com desenvolvimento desta proposta busca-se desenvolver as seguintes competências junto ao público-alvo:

COMPETÊNCIAS		
CONHECIMENTO	HABILIDADES	ATTITUDES
Conhecer técnicas de Planejamento e antecipação do confronto	Aplicar de forma efetiva os princípios de estado de alerta, preparo mental e capacidade de reação.	Adotar a postura adequada em situação de alto risco
Saber os Fundamentos Técnicos de Sobrevivência Policial	Aplicar o ciclo OODA em situação de perigo, que consiste: na Observação do Ambiente, Orientação, Decisão e Ação.	Internalizar a conduta de sobrevivência policial
Conhecer e aperfeiçoar técnicas de sobrevivência em situação de risco	Usar adequadamente a técnica de sobrevivência policial, salvaguardando a integridade física do colaborador e de terceiros.	Desenvolver capacidade segura de reação em ocorrências de alto risco

5. DESENVOLVIMENTO

As atividades serão desenvolvidas com o objetivo de suprir a deficiência no conhecimento de sobrevivência policial nas unidades operacionais, com base no cronograma abaixo:

MATÉRIAS	CONTEÚDO	QTD	PERIODICIDADE
Planejamento e antecipação do confronto	<ul style="list-style-type: none"> • Estado de alerta; • Preparo mental; • Análise de capacidade de reação; 	20 alunos por ciclos	12 em 12 meses

	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de casos 		
Fundamentos Técnicos de Sobrevivência Policial	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da consciência situacional; • Identificação de Janela de oportunidade; • Aplicação do ciclo OODA; • Posicionamento e Saque velado da arma; • Visada, semivisada, de tiro rápido a curta distância com Pistola; • Posições não convencionais de tiro; • Como portar a arma em situações normais; • Tiro com Varredura • Observação 360° 		
Técnicas de sobrevivência em situação de risco	<ul style="list-style-type: none"> • Simulação de tiro em confronto armado, com policial atuando individualmente no momento de folga, num cenário visualizado em tela de projeção (no interior do veículo, caminhado na rua e no estabelecimento comercial); • Treinamento real de tiro no interior do veículo em situação de ameaça; • Exercício real de tiro em confronto armado com múltiplas ameaças em ambientes diversos; • Confronto real armado com suspeito em movimento; • Tiro através de obstáculo • Confronto armado em baixa luminosidade. 		

6. METODOLOGIA

A Metodologia será desenvolvida em conformidade com as orientações das Normas de Procedimento de Conduta de Ensino da PMMA, visando favorecer a articulação e a alternância entre teoria e prática, proporcionando a participação “ativa” dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a sobrevivência policial, estabelecendo mecanismos de ponderação antes, durante e após a ação.

Para isto serão utilizados os recursos, a saber:

- ✓ Aulas expositivas dialogadas: exposição dos conteúdos com a participação ativa dos estudantes.
- ✓ Vídeos de ações Policiais: possibilidade de estimular o entendimento em relação ao tema proposto, por intermédio de estudos de casos.
- ✓ Pista de Tiro: aplicação do conhecimento teórico das diversas técnicas em situações simuladas, proporcionando o condicionamento e destreza necessária.

7. RECURSO INSTRUCIONAL

- ❖ Salas de aula adequadas;
- ❖ Datashow;
- ❖ Computador;
- ❖ Quadro branco e pincel piloto;
- ❖ Estande Tiro;
- ❖ 01 Pistola cal. 40 S&W por aluno;
- ❖ Veículo descaracterizado;
- ❖ Ambiente Cenográfico;
- ❖ Coldre de porte velado por aluno
- ❖ 120 munições por aluno cal. 40 S&W

8. CUSTOS DO PROJETO

8.1 Pagamento de hora/aula

Qtd. de Instrutores	Qtd. de hora/aula	Valor hora/aula	Total
02	30h/a	R\$ 60,00	R\$ 3600,00

8.2 Logística do curso

Descrição	Total
Materiais conforme Anexo I*	R\$ 1089,00

CUSTO TOTAL DO PROJETO POR TURMA – R\$ 4689,00

*O valor referente aos custos de logística podem ser financiados por adiantamento específico para cursos, conforme legislação em vigor.

9. AVALIAÇÃO

Os discentes serão avaliados de forma qualitativa e quantitativa em duas etapas: a

primeira na pista de tiro virtual, com projeção de situações diversas reproduzidas numa tela, fazendo uso de pistola .40; a segunda na pista de tiro real, com utilização de alvos móveis e fixos, fazendo uso de pistola .40. A nota terá peso 10,0, sendo obtida pela média aritmética da soma das duas notas, com aferição dos disparos e avaliação de procedimentos.

OBJETIVO GERAL: Proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para correto uso da técnica de tiro de sobrevivência em situação de alto risco.					
Objetivo específico	Ação	Carga Horária	Situação inicial	Resultados esperados	Meios de verificação
Conscientizar o policial militar da importância do treinamento continuado (físico, psicológico e técnico).	Ministrar instruções periódicas visando a internalização da necessidade do treinamento.	02h/a	Ausência de ações voltadas ao aprimoramento de condutas direcionadas a sobrevivência policial	Desenvolver o senso crítico nos policiais militares acerca da importância do treinamento	Levantamento de dados junto às unidades para aferir o grau de envolvimento dos policiais militares com o treinamento.
Disseminar procedimentos a serem adotados em situação de risco	Descrever procedimento padrão a serem adotados em situação de risco	3h/a	Ausência de linhas de ações diante das situações inesperadas de risco.	Evitar que o policial militar venha agir ou reagir de forma aleatória, pois a preparação mental (antecipação) vai ajudar a planejar, perceber e agir em cada situação, aumentando em muito as chances de sucesso.	Estudos de casos, após o curso, de procedimentos adotados em situação de risco.
Habilitar o policial a utilizar as técnicas de Planejamento e antecipação em situação de confronto	Realizar instruções de prática de tiro de sobrevivência policial, com simulação de situações diversas em alvos físicos e virtuais	10h/a	Quase a totalidade da tropa não dispõe do devido treinamento para agir e reagir em situação de alto risco	Condicionar o policial militar por meio de treinamento a agir de forma correta e segura em situação de alto risco	Relatório de ocorrências colhidas nas unidades operacionais;
Minimizar os riscos a integridade física do policial e a de terceiros, com a utilização das técnicas de sobrevivência policial	Oportunizar o conhecimento das técnicas por ocasião das instruções	15h/a	Grande número de policiais militares mortos ou feridos na folga, quando em confronto com delinquentes	Potencializar a capacidade de reação do policial militar com a redução de óbitos dos profissionais e de terceiros	Estatísticas de policiais mortos na folga do serviço

10. COMPARTILHAMENTO

Elaboração de um manual técnico para atividade policial- "Orientações e regras de sobrevivência policial" conforme os assuntos abordados, visando dar continuidade e seguimento as ações implementadas e criar condutas modelo nas diversas ações policiais de alto risco em situação de folga.

11. CONCLUSÃO

Não se tem dúvida de que a capacitação técnica na área de sobrevivência policial permite o enfrentamento de ocorrências de alto risco, contra delinquentes que demonstram destemor e fazem uso de armas de fogo sofisticadas, desafiando o preparo policial.

Por isso, esse projeto trouxe a lume a necessidade da adoção de metodologias adequadas à qualificação dos policiais militares, dentro de uma perspectiva de preservação da vida desses profissionais, dotando-os de mecanismos revelados por técnicas que possibilitem atuação individual em ocorrências de alto risco.

Acredita-se que com a qualificação continuada estar-se-á minimizando os riscos ocasionados pela dinâmica do confronto armado, proporcionando a realização de uma abordagem segura para os profissionais e, por conseguinte, para a sociedade.

Desta feita, entende-se que os investimentos técnico - profissionais de treinamento policial que visem à melhoria da qualificação do policial são válidos e devem ser fomentados, pois é por intermédio do treinamento com o enfoque na proteção da vida dos policiais, que teremos reais condições de se combater o crime de forma eficiente e segura.

REFERÊNCIAS

INVESTIGATION, Federal Bureau(FBI). **Survival Police**. Relatórios de estudos. Disponível em <http://www.fbi.gov/aboutus/cjis/ucr/leoka/2013/tables/table_1_leos_fk_region_geographic_division_and_state_2004-2013.xls> Acessado em 02 mai. 2016;

KÖHLER, Marcos. **Mortes de Policiais no Brasil: por quem os sinos dobram**. Artigo técnico. Disponível em <<http://www.brasil-economia-governo.org.br>> Acessado em 02 mai. 2016;

WIKIPEDIA. **Taxas de Homicídios por cem mil habitantes**. Disponível em <<http://www.wikipedia.org>> Acessado em 01 de mai. 2016.

ANEXO I
QUADRO DE LOGÍSTICA PARA O CURSO DE
SOBREVIVÊNCIA POLICIAL

ORD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	TOTAL
1.	VTR descaracterizada	01 uni	-	A cargo da Unidade
2	Mesa de plástico	02 uni	-	A cargo da Unidade
3	Cadeiras de plástico	04 uni	-	A cargo da Unidade
4	Fita zebrada(200m)	01rolo	24,00	24,00
5	Cola branca	01lt	10,00	10,00
6	Grampos 106	02cx	5,00	10,00
7	Cal em pó	01kg	10,00	10,00
8	Grampeador de tapeçaria	01uni	60,00	60,00
9	Alvos modelo "SAT"	100uni	3,00	300,00
10	Papel A4	500fls	10,00	10,00
11	Fita Adesiva tipo Crepe(50m)	02uni	15,00	30,00
12	Fita adesiva tipo "durex"(50m)	02uni	15,00	30,00
13	Lona Preta plástica	10m	4,00	40,00
14	Luva tipo "super gripe"	02 pares	10,00	20,00
15	Protetor auricular 14dB	20 uni	3,50	70,00
16	Óculos de proteção	20 uni	10,00	200,00
17	Óleo tipo "Wd 40"	01 uni	39,00	39,00
18	Fita tipo Silver Tape	01 rolo	36,00	36,00
19	Spray multi uso de tinta	02 uni	15,00	30,00
20	Parabrisas inutilizados	10 uni	-	-
21	Serviço de retirada e colocação de para-brisa	01 vez	170,00	170,00
22	MUNIÇÕES CAL.40S&W	2400uni	A CARGO DA DAL	
SUB TOTAL				R\$ 1089,00

**ROTEIRO DE INSTRUÇÃO DO CURSO DE SOBREVIVÊNCIA
POLICIAL
INSTRUTORES: MAJ QOPM ONILDO E TEN QOPM CUNHA**

DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO	LOCAL	INSTRUTOR	OBSERVAÇÕES
1º DIA	08:00h	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do curso; • Apresentação dos instrutores; • Vídeo do curso anterior; • Explicação dos exercícios 	Sala de aula	Maj Onildo	Apresentação com uniforme.
	08:50h	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de sobrevivência policial; • Estados de alerta; • Ciclo OODA; • Janela de oportunidade; • Prevenção a assaltos 	Sala de aula	Ten Cunha	
	09:40	Intervalo			
	10:00h	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de vídeos reais; • Discussão de procedimentos; • Equipamentos para porte velado; • Formas de porte velado. 	Sala de aula	Ten Cunha	Discentes deverão apresentar seus equipamentos para o curso
	11:40h	<ul style="list-style-type: none"> • Calibre de armas curtas; • .40 S&W X 9mm • Cal. 357 SIG(apresentação) 	Sala de aula	Maj Onildo	
	12:30h	Intervalo Almoço			
			Livre		

DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO	LOCAL	INSTRUTOR	OBSERVAÇÕES	
1º DIA 25 disparos	14:00h	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do estande; • Regras de segurança no estande; • Local de manejo de armas e munições; • Descarregamento e desmuniamento das armas; • Explicação dos comandos verbais na linha de tiro; 	Estande	Maj Onildo	1. Atentar para os discentes que chegarem atrasados com armas descarregadas; 2. Uniforme roupa civil. 3. Abafadores e óculos de proteção.	
	14:30h	<ul style="list-style-type: none"> • Teste Diagnóstico de Tiro Tático 	Estande	Ten Cunha	10t a 07m com uma troca de carregador em 45" em alvo de papel A4.	
	15:00h	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios de tiro (posicionamento, empunhadura, acionamento, visada, varredura e cheque de perímetro. • Saque Velado (03 posições); • Saque dissimulado; • Tiro de entrevista; • Tiro a curtíssima distância. 	Estande	Maj Onildo		
	15:40h	Intervalo			Livre	
	16h	<ul style="list-style-type: none"> • Exercício de tiro real 01 (10t) 		Maj Onildo	Sacar e efetuar 02 disparos (5x)	
	16h	<ul style="list-style-type: none"> • Exercício de tiro real 02 (15t) • 	Estande		Sacar e efetuar 01 disparo em entrevista e 02 no alvo c/ dois passos para trás (5x)	
	16:50h	<ul style="list-style-type: none"> • Recargas 			Ten Cunha	Treinamento em

		(administrativa, tática, emergencial)	Maj Onildo/Ten Cunha	seco Necessário lona preta
	18:00h	• Debriefing e liberação		Explicação sobre o 2º dia

1

DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO	LOCAL	INSTRUTOR	OBSERVAÇÕES	
2º DIA 02/02/2018- Sexta Feira	07:00h	• Apresentação	Estande CTJIN RURAL.	Ten Cunha	Roupa Civil; Levar lanche e água.	
65 disparos	07:30h	• Deslocamento para Estande		Ten Cunha	Logística de ônibus da APMGD e material em anexo.	
	08:00h	• Chegada no Estande, desembarque e preparação do material		Ten Cunha		
	08:15h	• Técnica de tiro Barricado; • Técnica de alvos múltiplos; • Exercício da pista 01 em seco		Maj Onildo	Material em anexo. Pista 01 e pista 02 em anexo.	
	08:30h As 09:30h	• Exercício pista 01 (08t); • Exercício pista 02-alvo em movimento (12 disparos) •		Maj Onildo	Montagem dos alvos para pista 02 de 0815 as 0830; divisão em duas equipes para exercício simultâneo.	
				Ten Cunha		
	09:40	Intervalo		Livre		
			• Panes em pistolas; • Treinamento em seco de solução; • Exercício com	Estande CTJIN RURAL.	Maj Onildo	Exercícios no squad 02; Montagem no squad 01 da psita 03 e da psita 04 no

2º DIA	10:50h	tiro real-pane de nega(12t) • Execução pista 03-sentado no banco veículo (simulado) (06t) • Execução da psita 04- tiro com retração e abrigo com troca de carregador (08t)		Maj Onildo	squad 04 Squad 01
	12:00h	INTERVALO ALMOÇO		Livre	
	14:30h	Exercício de tiro deitado de costas-(6t)	Estande	Maj onildo/ten Cunha	Squad 02
	15:00	Pista c veículo-carrinho de supermercado (13t)			Squad 04
	15:40h	INTERVALO			
	16:00h	Debriefing; Desmontagem das pistas; Embarque do material; Foto oficial;	Estande	Diretor do Clube CTJIN e instrutores	-
	16:30h 17:30h às 18:00h	Deslocamento Desembarque e entrega de material na reserva	APMGD	Ten Cunha	-

DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO	LOCAL	INSTRUTOR	OBSERVAÇÕES
3º DIA 30 disparos	08:00h	• Operações veiculares • Proteção balística em veículos	Estande BOPE	Ten Cunha	
	08:50h	• Formas de portar arma no veículo • Exercício em seco pista 05		Maj Onildo	

		• Execução da pista 05 com tiro real (10t)		Ten Cunha/Maj Onildo
	09:40h	INTERVALO		
	10:00h	Execução Pista 06 com tiro real (10t)	Estande BOPE	Maj Onildo/Ten Cunha
	12:00h	INTERVALO ALMOÇO Livre		
	14:00h	Exercício de tiro pelo pára-brisas do veículo (10t)	Estande	Maj Onildo/Ten Cunha
	15:40h	INTERVALO		
	16:00h	Pista de tiro de avaliação- Padrão IDSC (10t)	Estande	Maj Onildo/Ten Cunha
	17:00h às 18:00h	Debriefing; Avaliação do curso pelos discentes; Preenchimento documentação APMGD/UNIDADE GESTORA; Entrega de certificados.	Auditório	Cmte e oficiais da APMGD/UNIDADE GESTORA, Instrutores e alunos do curso.

ANEXO C – Calendário anual de ensino-aprendizagem PMMA

  													
ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO DIRETORIA DE ENSINO Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau; CEP. 65.074-220; São Luís/MA; Fone: (0xx98) 3268-3057; E-mail: densinopmma@gmail.com													
CALENDÁRIO ANUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PMMA. EXERCÍCIO 2019													
ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO			
			PRES	EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS	OBS
1	ESTÁGIO DE FORÇA TÁTICA *	APMGD	PRES		07/01/2019	26/01/2019		46					
2	CURSO PARA REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS	10º BPM	PRES		14/01/2019	18/01/2019	5	20	2				
3	CAPACITAÇÃO SOBRE LEGALIDADE DA ENTRADA EM RESIDÊNCIAS A LUZ DA LEGISLAÇÃO ATUAL	14º BPM	PRES		14/01/2019	18/01/2019	5	25		5	5		
4	ESTÁGIO TÁTICO OSTENSIVO RODOVIÁRIO - TOR	CFAP	PRES		14/01/2019	25/01/2019	5	35					
5	CURSO TÁTICO DE MOTOPATRLHAMENTO(CTM)	BPCHQ	PRES		15/01/2019	02/03/2019		22			2		
6	ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA	APMGD	PRES		21/01/2019	25/01/2019	30						
7	ESTÁGIO DE MOTOPATRLHAMENTO	12º BPM	PRES		21/01/2019	25/01/2019		20					
8	CURSO DE FORÇA TÁTICA	BOPE/CPA-I/3	PRES		01/02/2019	01/03/2019	5	35		5	5		
9	CURSO DE ABORDAGEM	12º BPM	PRES		04/02/2019	07/02/2019		15					
10	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO *	APMGD	PRES		04/02/2019	08/02/2019		46					
11	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE CABOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	12/04/2019		240					
			PRES		14/04/2019	31/05/2019							
12	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	29/04/2019		160					
			PRES		06/05/2019	14/06/2019							

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO			
			PRES	EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS	OBS
13	CURSO APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS - I	CFAP	EAD		04/02/2019	30/04/2019		80					
			PRES		06/05/2019	14/06/2019							
14	CURSO FORMAÇÃO DE OFICIAIS-CFO - I- II- III- IV	APMGD	PRES		12/02/2019	20/12/2019	180						
15	II CURSO DE SOBREVIVENCIA POLICIAL *	APMGD	PRES		21/02/2019	23/02/2019		23					
16	II CURSO CAPACITAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR/CCPCE.	AUDITÓRIO QCG	PRES		01/03/2019	15/03/2019	5	30					
17	CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	APMGD	PRES		05/03/2019	16/03/2019	46						
18	V CURSO DE OPERAÇÕES E SOBREVIVÊNCIA EM ÁREA RURAL- COSAR	COSAR / BOPE	PRES		11/03/2019	23/04/2019	4	41		1	4		
19	CURSO DE FORÇA TÁTICA	BOPE/5ºBPM	PRES		18/03/2019	19/04/2019	5	35		5	5		
20	CEGESP	APMGD	PRES		18/03/2019	23/08/2019	40			5			
21	CURSO DE ABORDAGEM POLICIAL	CFAP	PRES		18/03/2019	22/03/2019	5	35					
22	HABILITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO VEICULAR - HIDV	BPRV	PRES		18/03/2019	22/03/2019	5	20					
23	CURSO DE TIRO DEFENSIVO	34º BPM	PRES		20/03/2019	22/03/2019	5	35					
24	CURSO DE POLICIA JUDICIÁRIA MILITAR	APMGD	PRES		25/03/2019	05/04/2019	30						
25	HABILITAÇÃO PARA EMPREGO DE TECNOLOGIAS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (HTMPO)	BPCHOQUE	PRES		08/04/2019	12/04/2019	5	15					
26	CURSO DE DE SOBREVIVÊNCIA POLICIAL	34º BPM	PRES		10/04/2019	12/04/2019	5	35					
27	CAPACITAÇÃO DE ABORDAGEM, ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E TIRO POLICIAL	14º BPM	PRES		15/04/2019	19/04/2019	3	20					
28	CURSO PROERD	AUDITORIO QCG	PRES		16/04/2019	27/04/2019	8	30					
29	CURSO DE TÉCNICAS E TÁTICAS URBANAS	ROTAM/ BOPE	PRES		29/04/2019	10/05/2019	5	35					
30	III CTMONT	2º EPMONT	PRES		29/04/2019	28/06/2019	4	21		1	3		
31	CURSO DE FORÇA TÁTICA	BOPE/2º BPM	PRES		30/04/2019	31/05/2019	5	35		5	5		
32	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO TCO	APMGD	PRES		06/05/2019	15/05/2019	30						

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO			
			PRES	EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS	OBS
33	II COTAM - CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS AMBIENTAIS	CPE/BPA	PRES		06/05/2019	07/06/2019	5	20		2	3		
34	ESTÁGIO DE APLICAÇÕES TÁTICAS	34º BPM	PRES		13/05/2019	24/05/2019	2	25					
35	HABILITAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO ELETRÔNICO E MANUAL	BPRV	PRES		20/05/2019	24/05/2019	5	20					
36	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO	10º BPM	PRES		20/05/2019	24/05/2019	2	20					
37	TREINAMENTO PARA ISNTRUÇÃO DE NIVELAMENTO UT'C	BOPE	PRES		27/05/2019	31/05/2019	4	36					
38	CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS -CHO	APMGD	PRES		03/06/2019	27/03/2020		90					
39	CURSO DE OPERADOR DE ESPINGARDA CALIBRE 12	BPCHOQUE	PRES		03/06/2019	07/06/2019	5	20			5		
40	CURSO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	APMGD	PRES		07/06/2019	27/07/2019	30						
41	III CURSO DE AÕES TÁTICAS ESPECIAIS - CATE	CATE / BOPE	PRES		10/06/2019	13/08/2019	10	45		2	3		
42	CAPACITAÇÃO PARA LEVANTAMENTO PERICIAL	BPRV	PRES		24/06/2019	28/06/2019	2	20					
43	CURSO DE TROPA MONTADA	CPE/1º EPMONTE	PRES		01/07/2019	30/08/2019	5	25		2	3		
44	CURSO DE FORÇA TÁTICA	BOPE/7º PBM	PRES		02/07/2019	07/08/2019	5	35		5	5		
45	CURSO DE GESTÃO (ORÇAMENTO , FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO)	APMGD	PRES		05/07/2019	16/07/2019	30						
46	ATUALIZAÇÃO PEDAGÓGICA	APMGD	PRES		08/07/2019	12/07/2019	30						
47	HABILITAÇÃO DE ARMEIRO	10º BPM	PRES		11/07/2019	12/07/2019		10					
48	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE CABOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	20/09/2019		240					
			PRES		30/09/2019	01/11/2019							
49	CURSO ESPECIAL DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	27/09/2019		160					
			PRES		28/10/2019	29/11/2019							
50	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS - II	CFAP	EAD		15/07/2019	07/08/2019		80					
			PRES		04/11/2019	06/12/2019							

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO				
			PRES	EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS	OBS	
51	CURSO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA - BPRV	CFAP	PRES		22/07/2019	26/07/2019		30						
52	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO DE TRÂNSITO	CFAP	PRES		05/08/2019	09/08/2019		30						
53	CURSO DE RONDA OSTENSIVA TÁTICO MÓVEL	ROTAM/BOPE	PRES		05/08/2019	30/08/2019	3	30		2	5			
54	CURSO DE DIREITOS HUMANOS	APMGD	PRES		19/08/2019	30/08/2019	30							
55	ESTÁGIO DE MOTOPATRULHAMENTO	3º BPM	PRES		02/09/2019	13/09/2019	5	30						
56	CURSO DE OPERAÇÃO DE CHOQUE	BPCHOQUE	PRES		02/09/2019	25/10/2019	5	25		2	3			
57	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO	APMGD	PRES		09/09/2019	20/09/2019	30							
58	NIVELAMENTO DE MOTOPATRULHAMENTO	14º BPM	PRES		23/09/2019	27/09/2019	3	20						
59	CURSO DE FORÇA TÁTICA	BOPE / 10º BPM	PRES		01/10/2019	31/10/2019	5	35		5	5			
60	IV ESTÁGIO DE MECÂNICA E MANUTENÇÃO DE ARMAMENTO	BPCHOQUE	PRES		07/10/2019	11/10/2019		20						
61	CURSO DE POLICIA JUDICIÁRIA MILITAR	APMGD	PRES		14/10/2019	25/10/2019	30							
62	HABILITAÇÃO PARA ABORDAGEM E NOÇÕES DE DEFESA PESSOAL E MOBILIZAÇÃO TÁTICA	14º BPM	PRES		14/10/2019	18/10/2019	2	20						
63	TREINAMENTO SOBRE CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - (CTB) - NORMAS E RESOLUÇÕES	BPRV	PRES		14/10/2019	18/10/2019	2	20						
64	CURSO DE TÉCNICAS E TÁTICAS URBANAS	ROTAM/ BOPE	PRES		21/10/2019	25/10/2019	5	35						
65	CURSO DE ABORDAGEM	3º BPM	PRES		21/10/2019	25/10/2019	5	30						
66	CURSO DE ABORDAGEM	APMGD	PRES		04/11/2019	13/11/2019	30							
67	INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO UT´C	BOPE	PRES		07/11/2019	08/11/2019	5	40						

ORD	EVENTO	LOCAL	MODALIDADE		PREVISÃO		PÚBL. INTERNO			PÚBL. EXTERNO					
			PRES	EAD	ÍNICIO	TÉRMINO	OF.	PRAÇA	CIVIS	OF.	PRAÇA	CIVIS	OBS		
68	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TCO *	AMPGD	PRES		16/11/2019	27/12/2019		46							
69	REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TIRO TÁTICO	CFAP	PRES		18/11/2018	22/11/2018		40							
70	ESTÁGIO DE CAÇADOR POLICIAL	BOPE	PRES		18/11/2019	29/11/2019	5	15		1	1				
71	CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PREGOEIRO	APMGD	PRES		19/11/2019	30/11/2019	30								
72	CURSO DE FORÇA TÁTICA DE 2ºSGT A CAP QOAPM	BOPE	PRES		02/12/2019	13/12/2019	5	30		2	3				
73	CURSO DO PROERD	3º BPM	PRES		02/12/2019	13/12/2019	5	20							
74	ESTÁGIO DE GERENCIAMENTO DE CRISE	BOPE	PRES		09/12/2019	20/12/2019	5	15		1	1				
TOTAL															

LEGENDA: * CADETES


 Cel QOPM **Laércio Ozório** Bueno
 Diretor de Ensino da PMMA